

FELIPE DANIEL DO LAGO GODOI

O MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: ESPAÇO DE CIÊNCIA NO BRASIL
OITOCENTISTA

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2013

FELIPE DANIEL DO LAGO GODOI

O MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: ESPAÇO DE CIÊNCIA NO BRASIL
OITCENTISTA

Monografia apresentada ao Curso
de História do Instituto de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal de Ouro
Preto, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
História.

Orientador(a): Profa. Helena
Miranda Mollo

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2013

Agradecimentos

Nestes quase seis anos de graduação, aproveitando tudo o que uma universidade pode oferecer – dos livros da biblioteca ao convívio social nos bares e repúblicas – a lista de pessoas a agradecer é grande e desde já peço desculpas por aqueles não mencionados, mas a lembrança também pressupõe esquecimento.

Na Universidade Federal de Ouro Preto devo um agradecimento especial à minha orientadora Helena Miranda Mollo, por ter acreditado no meu trabalho durante todos estes anos orientando-me sempre com atenção e zelo. Aos professores Luis Estevam de Oliveira Fernandes e Marcelo de Mello Rangel que prontamente aceitaram o convite para participar da banca examinadora, agradeço pela leitura atenta e cuidadosa desta monografia e as valiosas sugestões. Aos professores do NEHM (Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade) e demais professores do Departamento de História, pelo aprendizado e incentivo à pesquisa.

Em Mariana, não posso deixar de agradecer à Maria Lúcia Paglioto (Dona Pingo), por me receber como um verdadeiro membro de sua família, tratando-me com todo o carinho que só uma avó sabe dar. Também ao Vinícius Hilário de Lima, companheiro de quarto e de longas conversas.

Aos meus amigos da República Divina Comédia, minha segunda casa nesta cidade, pela amizade, companheirismo e muito rock. Espero que me desculpem pelo afastamento dos últimos meses. Aos colegas da turma 07/2, pela amizade durante os anos de graduação.

Ao Lucas de Melo Andrade, sempre dividindo comigo todas as aventuras e desventuras de uma pesquisa, parceiro de vários momentos na Academia e nas mesas de bar.

À minha família: meus pais, Carlos e Rosely; meus irmãos, Francisco, Lucila, Júlia e Tereza. Sem vocês nada disso seria possível e meu sonho não teria se tornado realidade. Aos meus amigos de Poços (Fernando, Gabriel, Leonardo e Fabiano) pelo apoio dado, mesmo à distância.

Por fim, à Pollianna, minha companheira dos últimos anos e de tantos outros que virão, por dividir comigo os momentos de alegria e de incertezas neste período de formação profissional sempre me incentivando a ser uma pessoa melhor.

Já dizia meu irmão Francisco: “a pesquisa continua o que acaba é o tempo”. Assim, é chegada a hora de por um ponto final neste ciclo que se encerra.

Resumo

Este trabalho analisa a produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro durante a década de 1870 a partir do periódico *Archivos do Museu Nacional*, publicado por esta instituição em 1876. Nosso intuito foi fazer um mapeamento dos artigos publicados nesta revista tentando identificar quais as influências e as correntes científicas seguidas pelos homens de ciência que trabalhavam no Museu, e de que forma eles se apropriavam deste conhecimento aplicando-os à realidade nacional.

Palavras Chave: História – Ciências – Museu

Abstract

This work analyzes the scientific production of the Museu Nacional do Rio de Janeiro during the 1870's from the journal *Archivos do Museu Nacional*, published by this institution in 1876. Our aim was to map the articles published in this journal, trying to identify the influences and scientific currents followed by men of science who worked at the Museu, and how they appropriated this knowledge and apply them to the national reality.

Keywords: History – Science – Museum

SUMÁRIO

Introdução.....	8
I. O MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: ESPAÇO DE CIÊNCIA NO BRASIL OITOCENTISTA.....	12
1.1. Espaços de ciência	12
1.2. Os Gabinetes de curiosidade: embriões dos museus de História Natural	12
1.3. Os Museus de História Natural.....	15
2. O Museu Nacional do Rio de Janeiro.....	16
2.1. As origens do Museu Nacional.....	16
2.2. A “Idade de ouro do Museu Nacional”	22
3. A revista <i>Archivos</i> do Museu Nacional	27
II. O MUSEU NACIONAL E A CIÊNCIA DURANTE A DÉCADA DE 1870	30
1. Os anos de 1870 e o “bando de ideais novas”	30
2. O Campo científico do século XIX: Os referenciais que guiavam o Museu Nacional. 33	
2.1. As teorias Evolucionistas	33
2.2. As doutrinas raciais: monogenismo e poligenismo	36
3. Os artigos publicados na <i>Archivos</i> do Museu Nacional.....	40
3.1. Botânica.....	40
3.2. Os Estudos Zoológicos.....	41
3.3. Os estudos antropológicos.....	43
3.4. Os Estudos Arqueológicos	45

Considerações Finais.....	49
Referências Bibliográficas	51

Introdução

Até meados da década de 1980, pouca atenção era dada pela historiografia das ciências no Brasil às iniciativas no campo científico realizadas antes da implantação das universidades no século XX. De acordo com Maria Amélia Dantes, os autores que trataram deste assunto abordavam as iniciativas na área científica brasileira como ações limitadas, pouco valorizadas pelas elites sociais oitocentistas e de caráter imitativo. Dessa forma, a ciência que se praticava no Brasil era considerada apenas como fruto da adoção de modelos estrangeiros trazidos tardiamente ao país por meio de iniciativas individuais, na sua maioria de homens vindos de fora, criando assim, o pensamento de que, no Brasil, as ideias estavam fora do lugar.¹

Contudo, tal perspectiva vem mudando. Desde as duas últimas décadas do século XX cresce o número de estudos que caminham no sentido de analisar a implantação das ciências no Brasil, e na América Latina de forma geral, dentro dos contextos histórico-culturais específicos onde se deram tais iniciativas, assim como a relação entre a institucionalização científica, os processos de adoção de modelos institucionais estrangeiros e as estratégias de negociações e práticas de sociabilidades que os envolvem.

Além disto, tais estudos também ressaltam a institucionalização das ciências no Brasil como parte de projetos pessoais e governamentais gestados desde os anos finais do século XVIII e perpassando todo o XIX.² Cabe lembrar que durante o século XIX, as ciências eram vistas como um dos signos da modernidade, capaz de trazer desenvolvimento e progresso material aos países. Assim, tanto a produção científica quanto a incorporação dos seus pressupostos eram uma das formas das nações apresentarem-se enquanto civilizadas. Este aspecto também esteve presente no Brasil, pois como fora ressaltado por Ilmar Rohloff de Mattos, uma das características das políticas públicas implementadas pelo governo imperial

¹ Segundo Maria Amélia Dantes, até os anos de 1980 a historiografia sobre as ciências no Brasil pouca atenção dava as iniciativas no campo das ciências realizadas no país antes da a implantação das universidades no século XX. O livro de Simon Schwartzman *Formação da comunidade científica no Brasil*, de 1979, é um exemplo de trabalho sob esta perspectiva. A autora, também cita a coleção organizada por Fernando Azevedo em 1955, *As ciências no Brasil*, que traz trabalhos sob esta ótica atribuindo o atraso científico nacional à predominância de uma cultura bacharelesca e retórica. Cf: DANTES, M. Amélia. “A implantação das ciências no Brasil. Um debate historiográfico”. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: Ed. Universidade Federal do Pará, 2005, p 31-48.

² *Ibidem*

durante o chamado *tempo saquarema* era justamente a difusão dos valores próprios das nações tidas como civilizadas.³

Um dos objetos de análise desta já não tão nova historiografia das ciências é o estudo das instituições científicas brasileiras criadas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Concebendo a institucionalização das ciências como um “processo de implantação, desenvolvimento e consolidação das atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico”⁴, estes estudos têm ressaltado que os estabelecimentos aqui criados muitas vezes não se dissociavam dos padrões de cientificidade da época, mantendo contato com instituições científicas de outros países estabelecendo intercâmbios de pessoas, produtos e saberes. Um exemplo paradigmático são os estudos de Margaret Lopes sobre os museus de ciência naturais no século XIX, Silvia Figueirôa sobre as ciências geológicas no Brasil e de Heloisa Bertol Domingues acerca do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.⁵

Seguindo os pressupostos destes estudos sobre o campo científico brasileiro pós anos 1980, tentaremos nesta pesquisa abordar alguns aspectos relacionados à institucionalização das ciências no Brasil tendo como foco o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Como fora ressaltado por Margaret Lopes, os museus, aos lados dos jardins botânicos, configuraram-se enquanto locais privilegiados para a o processo de instauração de uma produção científica nacional, onde atuavam naturalistas viajantes e pesquisadores no trabalho de envio e classificação dos produtos naturais articulando o saber científico com as idiossincrasias locais.⁶

Criado em 1818, o Museu Nacional do Rio de Janeiro se tornou ao longo do século XIX no principal estabelecimento produtor e divulgador do conhecimento científico no Brasil. Sua história tem sido contada desde a década de 1870 pelos seus membros, que buscaram registrar a memória desta instituição, ainda dentro de uma concepção factual através de uma

³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

⁴ FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclépio*, v, 50, n.2, 1998. p. 24.

⁵ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hicitec, 1997; FIGUERÔA, Silvia F. de. *A formação das ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional*. São Paulo: HUCITEC, 1997; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e agricultura no Brasil Império*. 1995. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995

⁶ LOPES, Maria Margaret. “O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX no Brasil”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p 77-97.

narrativa linear e progressiva, destacando os fatos que engrandeciam o Museu.⁷ Ao longo do século XX, o Museu Nacional também foi alvo de estudos que buscavam historiar as diversas áreas do conhecimento científico, além de ser objeto da literatura especializada em museus.⁸

No âmbito da produção historiográfica dos últimos trinta anos sobre as ciências no Brasil, esta instituição foi objeto de estudo de diversos autores que buscaram evidenciar sua contribuição para a consolidação do campo científico nacional durante o século XIX. Um exemplo é o livro de Maria Margaret Lopes *O Brasil descobre a pesquisa científica: Os museus e as ciências naturais no século XIX*. Neste, a autora busca discutir a institucionalização das ciências no Brasil através da análise das relações entre os museus de História Natural e a produção de conhecimento científico, perfazendo um histórico do Museu Nacional desde sua criação até a primeira década do século XX.⁹ Dentro deste mesmo recorte temporal, Regina Gualtieri e Adriana Keuller também discutiram a produção científica no museu carioca enfocando, respectivamente, os debates evolucionistas e a institucionalização da Antropologia no Brasil.¹⁰ Por fim, destaco também o trabalho de Paulo Rogério Sily, que analisou a divulgação científica feita no Museu através das ações educativas realizadas por este entre os anos de 1818 e 1930.¹¹

Nesta monografia tentaremos analisar a produção científica do Museu Nacional a partir do estudo do primeiro volume de seu periódico *Archivos do Museu Nacional* lançado em 1876. Nosso intuito é de vislumbrar como a produção de conhecimento no Brasil se dava em diálogo com a ciência produzida no exterior, buscando assim mapear as teorias mobilizadas e utilizadas pelos homens de ciência do Museu e sua contextualização de acordo com a realidade local. Assim no primeiro capítulo apresentaremos um histórico desta

⁷ Cf. NETTO, Ladislau de Souza Mello. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro acompanhadas por uma breve notícia de suas coleções publicadas por ordem do Ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos authenticos e informações veridicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

⁸ Um balanço bibliográfico extenso sobre obras que versam sobre o Museu Nacional pode ser conferido em SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu nacional (1818-1835)*. 2012. 399f. Tese (Doutorado em Educação). – Centro de Educação e Humanidades/Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

⁹ LOPES, 1997. *op. cit.*

¹⁰ GUALTIERI, Regina Candido Ellero. *Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008. KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os Estudos Físicos de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. 2008. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências). – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

¹¹ SILY, 2012. *Op. cit.*

instituição, desde os anos de sua criação até a década de 1870, momento em que passa por reformas e ganha maior destaque no cenário nacional. No segundo capítulo daremos enfoque no primeiro volume da revista *Archivos*, tentando demonstrar através desta, como a produção científica nacional se dava em diálogo com o conhecimento produzido no exterior.

I. O MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: ESPAÇO DE CIÊNCIA NO BRASIL OITOCENTISTA

1.1. Espaços de ciência

Espaços de ciência são locais apropriados pelos cientistas onde estes realizam suas atividades.¹² Assim se configurava o Museu Nacional do Rio de Janeiro, principal *locus* de ciência no Brasil oitocentista, de onde saíram diversos profissionais para atuarem nas instituições que iam se formando com a consolidação da produção científica no Brasil. Assim, o Museu agiu não só enquanto instituição de produção de conhecimento, mas também como articuladora de uma rede de atores que iam compondo a nascente comunidade científica nacional.

Enquanto espaço de ciência o Museu se constituía como uma série de “ideais em funcionamento”¹³, ou seja, uma instituição que, ao tratar da produção e disseminação do conhecimento, também ia se moldando de acordo com as transformações que o campo científico ia sofrendo ao longo dos oitocentos. Assim, veremos que o Museu Nacional passou por diversas reconfigurações ao longo do século XIX, tentando se inserir, e também ao Brasil, no cenário científico internacional, demonstrando a face civilizada da monarquia tropical. Iniciemos então com um esboço histórico.

1.2. Os Gabinetes de curiosidade: embriões dos museus de História Natural

O termo Museu deriva da palavra grega *mouseion*, que indicava o templo das Musas na antiguidade.¹⁴ No entanto, os Museus de História Natural têm suas origens em tempos mais recentes, remontam aos gabinetes de curiosidades criados durante a Renascença. De acordo com Margaret Lopes, a formação dos gabinetes de curiosidades tinha por objetivo reunir em um mesmo espaço os mais variados objetos vindos de diferentes partes do globo, com o intuito de representar em pequena escala o mundo conhecido.¹⁵ Estes objetos, retirados do seu contexto, perdiam sua utilidade original e passavam representar um outro mundo: países exóticos, sociedades diferentes, climas diversos. Assim, nos gabinetes estabelecia-se uma

¹² DANTES, Maria A. M. *Espaços de Ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

¹³ LOPES, 1997. *op. cit.*

¹⁴ CARLAN, Claudio Umpierre. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História*, Franca, 2008, v. 27, n. 2, p.75-88. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200005 Acesso em 06/07/2013.

¹⁵ LOPES, 1997. *Op. cit.*

ligação entre dois mundos, o visível, e o invisível, ou seja, o que era conhecido e o que era imaginado.¹⁶

Com a multiplicação das viagens nos séculos XV e XVI, as fronteiras entre o mundo “visível” e o “invisível” se deslocaram trazendo novos objetos aos gabinetes, cuja posse conferia aos seus detentores, normalmente sábios e príncipes, poder e prestígio social. O que se intentava era produzir uma representação do mundo em pequena escala, expressando a cultura dos seus donos e também o poder conferido ao conhecimento. Em muitos casos, os gabinetes também eram espaços de estudo com livros fazendo parte das coleções. Estes locais passaram então a se transformar em lugares de “uma memória que amplia a sensação de poder, de conhecimento e de pertencimento”¹⁷ ao mundo criado por Deus. Neste período, as coleções formadas nos gabinetes eram organizadas segundo dois grandes eixos: o *Naturalia* que reunia exemplares do reino animal e vegetal, e o *Mirabilia*, reunindo objetos advindos da ação humana, além de antiguidades e produtos exóticos de povos desconhecidos.¹⁸

Contudo, ao longo do século XVII e XVIII, a posse dos objetos passou a não ser sinônimo de conhecimento. Era preciso classificar os objetos de forma mais sistemática para melhor entender o mundo e aquilo que estava sendo representado. De acordo com Helga Possas, neste afã classificador, os gabinetes de curiosidade foram influenciados por uma “dubiedade científica”, que também representava duas visões de mundo distintas elaboradas a partir da História Natural. De um lado, as concepções científicas que concebiam uma natureza estática e que, encarnando os ideais classificatórios de Lienu (1735), acreditava ser possível classificar todos os seres vivos em categorias, pois o número de espécies eram constantes e estas eram inalteráveis. De outro lado as ideias de naturalistas como Buffon, Jussieu e Cuvier, que afirmavam ser a natureza e seus seres demasiado diversos para admitirem algum tipo de classificação. Ou seja, de um lado a classificação por meio de categorias taxonômicas, e de outro a classificação a partir da diversidade e da especialidade das espécies.¹⁹

Esta necessidade de melhor organizar os espaços diante da ampliação das coleções fez com que os gabinetes de curiosidade passassem a se tornarem instituições mais complexas,

¹⁶ Cf. POMIAN, Krzysztof. “Coleção.” In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86; POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. “Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidade e a história natural.” In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. (org). *Museum: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília: CNPQ, 2005, p.151-162.

¹⁷ POSSAS, 2005, *op. cit.*, p.152.

¹⁸ *Ibidem* p.153-154.

¹⁹ *Idem*, p.156-157.

dando origem aos museus de História Natural. Estes então constituíram-se como espaços para a articulação dos naturalistas e viajantes que remetiam objetos e coleções para serem estudados tornando-se locais de produção e disseminação do conhecimento.²⁰ Tanto os gabinetes como os museus serviam também como um atalho para aqueles que queriam conhecer e estudar a natureza dos lugares distantes, mas não estavam dispostos a enfrentar os sacrifícios das expedições pelo globo.

Porém, mesmo reunidos nos museus, os objetos do mundo orgânico não possuíam o *status* de antiguidade, sendo antes, itens de curiosidade que revelavam apenas o exótico dos mundos distantes no espaço. Até meados do século XVIII, seriam as medalhas as principais peças de coleção nos Museus. A mudança de perspectiva ocorreu a partir do momento em que os homens passaram, por meio da observação, a historiar a natureza, tomando como documentos os exemplares retirados do mundo animal e vegetal inserindo-os nos herbários e jardins, após serem analisados e catalogados.²¹

Esta transformação na forma de ver a natureza foi fruto do desenvolvimento de diversas áreas do saber reunidas em torno das chamadas Ciências Naturais. Assim, os estudos em botânica, geologia, e zoologia, passaram a incluir o fator tempo nas observações feitas do mundo natural. Os primeiros trabalhos a este respeito remontam ao estudo dos fósseis a partir das análises das camadas estratigráficas feitas no século XVII pelo dinamarquês Nicolas Steno (1638-1686), ainda concebendo estes elementos como exemplares do mundo mineral. Outra contribuição significativa foi dada pelo francês Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon (1707-1788), que em sua obra *Époques de la nature* (1778) postula a existência de 7 épocas da natureza, surgidas a partir de causas naturais, tomando os fósseis como marcos de cada época. Também foram importantes os trabalhos de Georges Cuvier (1769-1832) que desenvolveu um programa de pesquisas baseado nos estudos estratigráficos do solo e na análise comparada dos fósseis, postulando assim a origem orgânica destes e diferenciando no tempo os períodos em que diferentes espécies habitavam a Terra.²²

²⁰ LOPES, 1997.op. cit.

²¹ *Ibidem*.

²² Cf.: FARIA, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Ed. 34, 2012. ROSSI, Paolo. *Os Sinais do Tempo: História da Terra e História das Nações de Hooke a Vico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v TRIPICCHIO, Ana Cecília Correia Lima. *Fixismo e evolução: epistemologia da biologia*. 2005. 148f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Desse modo, vemos que o surgimento dos Museus de História Natural é correlato ao processo de institucionalização e desenvolvimento das Ciências Naturais. Para Margaret Lopes, a História Natural e os museus possuem uma relação intrínseca:

os museus foram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções.²³
(LOPES, 1997:15)

Assim, os museus corporificam a consolidação da História Natural como ciência emergente a partir da segunda metade do século XVIII.

1.3. Os Museus de História Natural

Segundo Margaret Lopes, o contexto em que se desenvolveram os museus de História Natural pode ser dividido em dois momentos: inicialmente associado às primeiras iniciativas de constituição da História Natural como ciência moderna, período que se estende da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, quando foram criados diversos museus na Europa como o *British Museum* (1753) em Londres, o *Museu Nacional de História Natural* (1793) na França, *Real Museu de Historia Natural de Madri* (1815), o *Museu Etnográfico de Ciências de São Petesburgo* (1836), e também o Museu Imperial no Rio de Janeiro em 1818. Estas instituições tinham por objetivos tornarem-se museus enciclopédicos metropolitanos, ou seja, abarcando materiais de diversas partes do globo, produzindo um conhecimento sobre a História Natural do planeta.²⁴

Um segundo momento de criação dos museus de História Natural se deu a partir da segunda metade do século XIX, quando ocorreu a intensificação do movimento de disseminação dos museus para além da Europa – uma manifestação específica de um fenômeno histórico mais geral, que é o da contextualização das ciências e dos espaços institucionais nos países fora do eixo atlântico norte.²⁵ Neste período surgiram no Brasil os museus, Paraense (1871) e Paulista (1894), instituições que pretendiam ser mais especializadas reunindo e estudando exemplares da fauna, flora e objetos arqueológicos e etnográficos das regiões em que se situavam.

²³ LOPES, 1997 .*op. cit.* p.15.

²⁴ *Ibdem.*

²⁵ *Ibdem.*

2. O Museu Nacional do Rio de Janeiro

2.1. As origens do Museu Nacional

As origens do Museu Nacional do Rio de Janeiro remontam às medidas adotadas pela Coroa Portuguesa para dinamizar os estudos das Ciências Naturais no Império Luso-Brasileiro.

Na segunda metade do século XVIII, havia, por parte do pensamento lustrado português, o diagnóstico de um certo atraso econômico e isolamento cultura de Portugal com relação às demais nações européias. Este déficit deveria ser sanado por meio de medidas que contribuíssem para intensificação dos estudos das Ciências Naturais e a divulgação destes conhecimentos. Com este intuito, a Coroa portuguesa tratou de adotar medidas como a reforma da Universidade de Coimbra em 1772 e a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779, a fim de promover o ensino das chamadas Ciências Físicas e Naturais e, sobretudo, a realização de viagens de exploração. Além disto, foram tomadas outras iniciativas como uma maior abertura econômica, todas elas visando para dinamizar o setor produtivo do Reino.²⁶

Nas viagens exploratórias realizadas por acadêmicos brasileiros e portugueses, cabia aos recrutados percorrerem o reino e suas colônias, inventariando a natureza, registrando os recursos disponíveis na fauna e flora local, sua utilização na indústria e comércio, além de registrar dados estatísticos sobre a população. Tudo isto, guiado por instruções elaboradas dentro das instituições lusitanas, para que se pudesse ter um maior conhecimento das potencialidades do território português

De acordo com Margaret Lopes, foi ainda na década de oitenta do século XVIII que se concebeu a ideia de criar um museu de História Natural no Brasil. Neste momento, havia uma intensificação da atividade de envio à Metrópole portuguesa remessas de produtos da natureza brasílica e de seus habitantes. Então, em 1784 foi construído no Rio de Janeiro um estabelecimento onde deveriam ser depositados os objetos recolhidos pelos viajantes para

²⁶ Sobre o período reformista em Portugal ver: CARDOSO, José Luís. “Memorialismo e Projectismo: ideias e reformas econômicas na sociedade de antigo regime. In: *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 35-123; CHAVES, Claudia Maria das Graças. “O pensamento econômico no Império Luso-brasileiro: as propostas de reformas. In: *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. 2001. 358f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001; NOVAIS, Fernando A. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: Alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero, n. 7. P.105-118, mar. 1984.

serem preparados e remetidos a Portugal. Tratava-se da “Casa de História Natural” popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros, que “por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas enviados para Lisboa.”²⁷. Funcionando como uma espécie de entrepostos colonial de envio de produtos à metrópole portuguesa e também a outros museus da Europa, este estabelecimento manteve-se ativo até 1813 quando foi extinto e suas coleções transferidas para o prédio do Arsenal de Guerra.

Com Portugal invadido pelo exército francês, a transferência da Corte foi a única possibilidade de continuidade dos projetos políticos, culturais e científicos em curso. Desta forma, as medidas de fomento à atividade científica foram mantidas como parte do projeto de modernização do agora Império Luso-Brasileiro. Segundo Margaret Lopes, “do ponto de vista das iniciativas científicas, a transferência da Corte para o Brasil não implicou nenhuma ruptura no processo de adesão à ciência moderna”²⁸, pois as instituições criadas no Brasil eram consideradas fundamentais para este empreendimento desde o século XVIII. A alteração principal se daria na base institucional com a ex-colônia passando a ser a sede do Reino.

Com a mudança da capital do Império tornou-se necessário que a Coroa portuguesa promovesse medidas de reforma e modernização do Rio de Janeiro. No que tange à institucionalização do campo científico, tais medidas se materializaram, entre os anos de 1808 e 1821, na “na organização de uma cadeira de Ciências Econômicas no rio de Janeiro, a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, da Academia dos Guardas-Marinha, da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional, das Academias Médico-Cirúrgica e Militar, de um Horto Botânico e de um Museu Real, no Rio de Janeiro”²⁹. Além disso, a Imprensa Régia passou a publicar estudos que abrangiam temas como a agricultura, medicina, botânica, mineração, metalurgia, etc. referentes a Portugal, Brasil e as colônias africanas. Estes estudos também eram publicados nos jornais *O Patriota* e *Correio Brasiliense*.³⁰

Assim, é dentre estas medidas modernizantes que em 06 de Junho de 1818 o Rei D. João XVI resolvia que:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação

²⁷ LOPES, 1997. *Op. cit.* p. 25-26.

²⁸ *Ibidem.* p. 40.

²⁹ *Ibidem.* p. 39.

³⁰ KURY, Lorelai. A Ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814). *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v.4, n.2, jul-dez, 2001. pp 115-124; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer com grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares.³¹

O decreto de criação do Museu Real não continha instruções específicas sobre como esta instituição deveria se organizar administrativamente para cumprir os fins à que se destinava. Os trabalhos do Museu eram então guiados seguindo a *Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural*, documento que fora reimpresso em 1819.³²

Como o decreto de criação do Museu Real e depois Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, pelo seu caráter de estabelecimento de medidas administrativas, não se ocupou de como se daria a viabilização da finalidade específica do museu – ‘propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais do Reino do Brasil’ – consideramos que foi essa “Instrução” que o fez.³³

Na *Instrução* estão contidas as concepções de Ciências Naturais vigentes na época conforme os preceitos de naturalistas de renome internacional como Domingos Vandelli e Buffon. O modelo de instituição a ser seguido era o mesmo que funcionava para os museus metropolitanos da Europa, uma instituição central, apoiada em uma rede de instituições nas províncias que a abasteciam. Contudo, ela também incumbia o Museu de elaborar um catálogo dos produtos de sua coleção e enviá-lo aos museus de Portugal. Assim, durante os seus primeiros anos do funcionamento, o Museu Real possuía aspecto duplo: por um lado funcionaria como um museu metropolitano, recebendo objetos enviados pelas províncias e também das outras colônias portuguesas; e por outro, como um entreposto colonial que deveria reportar suas coleções a Portugal, devido à especificidade dos produtos americanos, além de atuar como um facilitador para os viajantes que vinham ao Brasil dando à esses

³¹DECRETO DE FUNDAÇÃO DO MUSEU NACIONAL *apud* LOPES, 1997 *op. cit.* p.43. O Museu foi criado inicialmente no Campo do Sant’Anna, local onde atualmente se localiza a Praça da República no Rio de Janeiro. Permaneceu neste endereço até o ano de 1892 quando foi transferido para o Palácio da Quinta da Boa Vista.

³² O título integral do documento é: *Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural; (Arranjada pela administração do Real Museu de História Natural de Paris. Traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, expedida pelo excelentíssimo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Reino do original Francês impresso em 1818. Aumentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia Relá das Ciências de Lisboa, impressas em 1781; e precedidas de algumas reflexões sobre a História Natural do Brasil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

³³ LOPES, 1997, *op. cit.* p.44.

acesso ao “invisível”. Foi através dos exemplares do Museu que, por exemplo, o pintor Jean Batist Debret fez muitas de suas pranchas.³⁴

As primeiras coleções que vieram a compor o acervo do Museu eram compostas por objetos doados pelo então rei D. João VI, peças zoológicas e minerais fruto de doações e coleções particulares, além máquinas e equipamentos pertencentes à SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional) abrigados enquanto esta aguardava a aprovação de seus estatutos³⁵. Cabe ressaltar que neste período não havia a separação entre os materiais que seriam expostos ao público e aqueles que serviriam de estudo, esta cisão só viria a ser implementada no Brasil no final do século com a criação do Museu Paulista.

No cotidiano do Museu, as atividades realizadas pelos seus membros se davam principalmente em torno da organização do acervo e da preparação, classificação e catalogação dos materiais recebidos. O primeiro catálogo das coleções ficou pronto em 1838 e continha uma separação dos objetos em cinco categorias: Produtos Zoológicos; Produtos Botânicos; Produtos Orictognósticos (relativos a minerais e fósseis); Produtos das Belas-Artes e Objetos relativos às Artes, Usos e Costumes de diversos Povos.³⁶ Essa divisão era semelhante à que viria compor as seções do Museu, e evidenciava o ideal metropolitano de funcionamento, pois eram reunidos não só do Brasil como de outras partes do mundo.³⁷

Em 1842 entrou em vigor o primeiro regulamento, substituindo assim a *Instrução* na normatização das atividades do Museu. Neste foi estabelecida uma nova configuração, dividindo-o em quatro seções: 1ª) Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª) Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3ª) Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; 4ª) Numismática e Artes

³⁴ Ibidem; Sily, 2012. *Op. cit.*

³⁵ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, também conhecida como Sociedade Promotora da Indústria Nacional foi criada em 1827 com o objetivo de contribuir para a civilização e o progresso da pátria por meio do auxílio à indústria, com a aquisição de máquinas e o incremento das riquezas nacionais. Foi fundada por iniciativa do negociante do Rio de Janeiro, Inácio Álvares Pinto de Almeida, contando ao longo do Império com a proteção financeira do governo imperial. Suas idéias e ações foram divulgadas através de sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Cf.: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 70. A SAIN manteve sua sede no prédio do Museu Nacional desde sua criação até a década de 1870, início da gestão Ladislau Netto como diretor do Museu Nacional. SILY, 2012 *op. cit.* p.45

³⁶ Lopes cita a quantidade de cada um, 4964 produtos zoológicos, que eram classificados segundo o sistema de Cuvier; 1600 Produtos botânicos, distribuídas segundo o sistema de Jussieu; 4515 Produtos “orictognósticos” classificados segundo o sistema de Haiü; 6493 Produtos classificados como Belas Artes (moedas, quadros, medalhas, moldes esculturas em gesso, instrumentos de física e modelos de máquinas); e um numero não mencionado de Objetos relativos as Artes e Costumes dos diversos Povos (antiguidades egípcias, mexicanas e africanas, Europa e Ásia, e dos indígenas do Brasil. LOPES, 1997, *op. cit.* p. 68-71.

³⁷ Entre os objetos relativos aos Usos e Costumes de diversos Povos figuravam antiguidades egípcias, mexicanas e africanas, Europa e Ásia, e dos indígenas do Brasil.

Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes da Nações Modernas. Para cada uma haveria um diretor e poderiam ter funcionários para auxiliarem no serviço. Também haveria um conselho administrativo do Museu composto pelos diretores das seções, cujo presidente, escolhido pelo governo, seria o diretor do Museu.³⁸ Este regulamento reforçava o caráter enciclopédico do Museu Nacional através de um modelo institucional que buscava apresentar aos visitantes objetos do mundo natural das mais variadas partes do globo, além de relíquias sobre as artes e indústrias dos povos; uma estrutura semelhante à do *British Museum*, que possuía seu departamento de História Natural dividido três em seções: Botânica, Zoologia e Mineralogia/Geologia, o que também viria a acontecer com o Museu Nacional.

No que tange à educação, o novo regulamento previa a formação de auxiliares praticantes para atuarem nas seções do Museu dada a falta de profissionais habilitados para este fim, além da realização anual de cursos de ciências ministrados pelos diretores das seções de acordo com as especialidades de cada um. Entretanto, tais cursos só vieram a serem realizados a partir do ano de 1876.

Na medida em que o Estado Imperial ia se firmando, o desejo da monarquia em se inserir no seio das civilizações prósperas fez trouxe uma nova valorização às Ciências Naturais. Na sua análise sobre a consolidação do Estado Nacional, Ilmar Mattos destaca que a difusão dos valores próprios aos das nações tidas como civilizadas era uma das características das políticas públicas implementadas durante o chamado *tempo saquarema*.³⁹ Para este autor, a classe política dirigente tinha a manutenção da ordem e a difusão de um ideal de civilização como um os meios fundamentais para se empreender a construção do Estado. Manter a ordem significava, sobretudo, assegurar as bases sociais sob as quais a monarquia havia se constituído. Difundir a civilização era aderir à ordem e também assegurar o primado da razão, o triunfo do progresso. É neste aspecto que a emergente comunidade científica brasileira iria encontrar brechas para atuar na construção do campo científico nacional. Ainda que não fossem as prioridades do governo, as iniciativas destes homens de ciência iam ao encontro dos interesses da elite política imperial ao propagar um discurso que unia a ideia de civilização e progresso à promoção do conhecimento científico, ambas contribuindo para dar ao Brasil um lugar junto às demais nações européias tidas com civilizadas.

³⁸ Os primeiros diretores das seções foram: Emílio Joaquim da Silva Maia 1ª seção; Luís Riedel 2ª seção; Custódio Alves Serrão, 3ª seção e diretor geral; Manuel de Araujo Porto Alegre, 4ª seção a partir de 1843. Cf. LOPES, 1997, op.cit. p.86.

³⁹ MATTOS, 1987, Op. Cit.

Dessa forma, Lopes sugere que os avanços tidos no Museu nas gestões a partir da década de 1840 são, em parte, resultados da habilidade dos diretores em saber adequarem seus interesses pessoais aos do Museu e do Império, pois, para que projeto de Estado Monárquico pretendido se tornasse efetivo era preciso que o Governo Imperial tratasse cooptar diversos setores da sociedade, viabilizando assim os interesses específicos daqueles que se dedicavam às Ciências Naturais.⁴⁰ Foi através desta negociação de interesses que Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque buscou agir à frente da direção do Museu após a saída de Custódio Alves Serrão em 1847. Suas ações e as dos demais diretores seguintes eram pautadas pelas prioridades do Governo Imperial no projeto de construção do Estado Nacional, porém procurando “utilizar o prestígio de que dispunham para levar à frente seus interesses e iniciativas científicas pessoais e da comunidade científica que integravam.”⁴¹

Os anos entre 1842 e 1876 foram de uma prosperidade crescente para o Museu Nacional, que neste período gozava de certo reconhecimento na Corte, materializado nas relações que mantinha com outros estabelecimentos como a Academia de Belas-Artes, a SAIN, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, a Sociedade de Instrução Elementar, a Sociedade de Medicina da Corte, e as escolas Militar e de Medicina, que utilizavam as salas do Museu para suas aulas. Com a estabilidade econômica do Império a partir da década de 1850, aumentaram as verbas destinadas ao Museu, o que resultou em um acréscimo nos salários dos diretores e no número de funcionários contratados, contribuindo assim, para um incremento das atividades científicas desenvolvidas.⁴²

Durante este período tiveram início os primeiros estudos paleontológicos no Museu, com a compra de coleções de fósseis e a realização das primeiras explorações feitas pelos membros do Museu nas cavernas da cachoeira de Paulo Afonso (BA). Tal trabalho contou com apoio do Governo Imperial que financiou as expedições e o envio das peças encontradas ao Museu. Segundo Lopes, a repercussão positiva das pesquisas feitas pelo dinamarquês Peter Lund em Lagoa Santa (MG), que encontrara diversos fósseis de uma fauna extinta, o prestígio pessoal com que contava o diretor do Museu, Frederico Burlamaque, e a já mencionada

⁴⁰ LOPES, 1997, *Op. cit.*

⁴¹ *Ibidem*, p. 96.

⁴² Contudo, Lopes lembra que ainda assim as verbas com as quais o Museu contava eram menos de 0,1% da possuída pelo Ministério do Império. *Ibidem*.

situação favorável da economia imperial são fatores que explicariam este auxílio do Governo que destoava da sua política com relação ao Museu.⁴³

De qualquer forma, o fato é que as coleções do Museu Nacional foram bastante incrementadas nesta época, sobretudo, em virtude dos trabalhos realizados pela Comissão Científica de Exploração, também chamada de Comissão do Ceará ou “Comissão das Borboletas”.⁴⁴ Concebida em 1856 dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Científica partiu do Rio de Janeiro em 1859 com o objetivo de explorar as províncias desconhecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, concentrando seus trabalhos principalmente no Ceará. Regressou em 1861 e, a despeito dos resultados obtidos não terem correspondido às expectativas vigentes em cima da Comissão, ela cumpriu com maestria um dos seus intentos que era o de trazer novos produtos para o Museu Nacional.⁴⁵ Segundo Lopes, Cerca de 2/3 dos exemplares das aves enviadas não existiam no Museu, além disso, foram remetidos instrumentos e livros adquiridos para a realização da Comissão.⁴⁶

Assim, o Museu entraria na década de 1870 com uma estrutura que contava com 10 salas de exposição, uma biblioteca e salas ocupadas por outras instituições como a SAIN e o Instituto Fluminense de Agricultura. Em 1875 o novo diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, considerava que o Museu era o estabelecimento deste tipo mais bem equipado da América do Sul, tendo apenas a sua coleção de zoologia e paleontologia inferior à do Museu de Buenos Aires. A esta altura, o Museu se tornara oficialmente um órgão consultivo do Estado a respeito da agricultura, mineração, e demais atividades científicas.⁴⁷

2.2. A “Idade de ouro do Museu Nacional”

⁴³Ibidem..

⁴⁴ Sobre os trabalhos da Comissão do Ceará ver LOPES, Maria Margaret. "Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, June 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100004&lng=en&nrm=iso> acessado em 10/junho 2010. Também ver PINHEIRO, Rachel. *A História da comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. 2002. 205f. Dissertação (Mestrado em Geociências). – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁴⁵ De acordo com Rachel Pinheiro, uma das expectativas em torno dos trabalhos da Comissão era a possibilidade de descoberta de novas jazidas de minerais e pedras preciosas, o que não ocorreu. Além disso, houve os trabalhos da Seção Geológica da Comissão se perderam em um naufrágio do navio que os transportava para o Rio de Janeiro. PINHEIRO, 2002. op. cit.

⁴⁶ LOPES, 1997, op. cit.

⁴⁷ Ibidem. SILY, 2012. Op. cit.

Esta expressão foi dada por João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, para designar o período em que Ladislau de Souza Melo Netto esteve à frente do Museu dirigindo-o entre os anos 1876 e 1893. De acordo com Lacerda:

Foi este o início do período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional. Ele cresceu muito no valor do cabedal que possuía e na reputação científica, que já havia adquirido, até nivelar-se com as melhores instituições congêneres em outros países da Europa e da América. Seu brilho atual ainda é, por assim dizer, um reflexo da luz intensa projetada por aquela reforma, em pós a qual veio se poderia com razão chamar a idade de ouro do Museu Nacional.⁴⁸

Nascido em Alagoas no ano de 1838, Ladislau Netto chegou ao Rio de Janeiro em 1854 e em 1857 matriculou-se na Academia de Belas Artes onde estudou desenho até 1859, saindo, contudo, sem concluir o curso. Mesmo assim, participou como desenhista e cartógrafo da Comissão Hidrográfica e Astronômica, incumbida de explorar o litoral de Pernambuco, chefiada pelo astrônomo Emanuel Liais. Com Liais, Netto trabalhou ainda em viagens por Minas Gerais percorrendo o Rio São Francisco e o das Velhas, o que despertou seu interesse por botânica e motivou a produção de suas primeiras publicações científicas. No ano de 1864, mudou-se para Paris onde fora estudar botânica, tendo freqüentado aulas no *Jardin des Plantes* e na Sorbonne, obtendo o título de Doutor em Ciências Naturais.⁴⁹

Ainda na França, Netto fora incumbido pelo governo Francês de estudar a flora da Argélia trabalho que lhe rendeu uma homenagem do professor de História Natural da Faculdade de Medicina de Paris que deu o nome de *Nettea* a um gênero novo de uma família de bixáceas (urucum) da Nova Zelândia. Em 1865, após seu regresso à Europa, foi nomeado para o cargo de diretor da seção de Botânica do Museu Nacional aonde chegou ao final de 1866, assumindo a direção do Museu em 1875 até a sua aposentadoria em 1893.

A historiografia sobre o Museu Nacional é unânime em considerar as reformas realizadas em 1876, com a introdução de um novo regulamento, um marco que fez da administração de Netto o período mais fecundo da instituição durante o século XIX. Neste momento o Museu já havia deixado de ser vinculado ao Ministério dos Negócios do Império e passado à pasta do Ministério da Agricultura, criado em 1860.⁵⁰

⁴⁸ LACERDA, 1905. *Op. cit.* p.37.

⁴⁹ LOPES, 1997, *op. cit.* GUALTIERI, 2008, *op. cit.*

⁵⁰ O Museu esteve subordinado ao Ministério dos Negócios do Império entre 1822 até 1868. PEREIRA, Marcele; KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. *Guia de Fontes Primárias, O Museu Nacional: seu público no século XIX e início do século XX*. Rio de Janeiro/Brasília: FIOCRUZ, 2008.

O novo regulamento foi instituído pelo decreto 6.116 de 09 de Fevereiro de 1876 e estabelecia em seu artigo primeiro que “O Museu Nacional é destinado ao estudo da História Natural, particularmente da do Brasil, e ao ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações á agricultura, indústria e artes,” devendo coligir e conservar produtos naturais e industriais, devidamente classificados, que possam interessar à sua finalidade.⁵¹

Com relação à estrutura organizacional o novo regulamento diminuía o número de seções de quatro para três, sendo estas organizadas da seguinte forma: 1ª Seção – Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal; 2ª Seção – Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; 3ª Seção – Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. A antiga quarta seção permaneceria anexa ao Museu até que se construísse um estabelecimento próprio que abrigasse os estudos em Arqueologia, Etnografia e Numismática.⁵² Para Margaret Lopes, a mudança nos nomes das seções não era apenas uma medida burocrática, sendo também um indício das “alterações nas ênfases nas pesquisas em curso no museu, de prioridades no interior de cada seção, de concepções científicas e mesmo de introdução de novas áreas de conhecimentos, no interior das disciplinas que estavam se especializando.”⁵³

Assim, a alocação da Antropologia na primeira seção, junto dos estudos de Zoologia, Paleontologia e Anatomia Comparada corresponde à forma de como esta disciplina era tomada naquele momento, um ramo das ciências naturais do homem, segundo os preceitos da Sociedade Antropológica de Paris. Já os estudos paleontológicos, que como vimos se iniciaram na década de 1850, foram oficialmente institucionalizados dividindo-se em paleontologia animal, botânica e geral.

Outra novidade era com relação à regulamentação dos cursos a serem ministrados no Museu. Diferente do regulamento de 1842, o de 1876 contava com um capítulo especial dedicado aos cursos públicos, que deveriam ser organizados pelos diretores de seção. Para que fossem efetivados os cursos, deveriam ser enviados os programas destes ao conselho diretor do Museu (diretores e sub-diretores de seção) que avaliavam as propostas e encaminhavam-nas para o ministério ao qual o Museu estava subordinado. Em 1877 foram apresentadas propostas para cursos de Antropologia, a ser ministrado por João Baptista de Lacerda;

⁵¹ “Decreto n. 6116 de 9 de Fevereiro de 1876; Regulamento a que se refere o decreto n. 6116” *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1876 v. 1, p.10-11; LACERDA, *op. Cit.*, 1905.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ LOPES, 1997. *Op. cit.* p.159

Mineralogia, a ser ministrado por Carlos Luiz de Saules Junior; Botânica a cargo de Ladislau Netto e um curso oral de agricultura sob a responsabilidade de Nicolau Joaquim Moreira. Na sua estrutura, os cursos deveriam partir de noções básicas de suas ciências para depois se aprofundarem nos temas específicos, sendo necessária a publicação prévia no *Diário Oficial* o objeto das preleções.⁵⁴

Este modelo de curso permaneceu até 1888 quando um novo regulamento entrou em vigor, transformando-os em conferências públicas que deveriam se limitar à divulgação dos trabalhos dos palestrantes ou uma abordagem geral sobre assuntos científicos. Para Lopes, tal mudança seria justificada por Netto devido à inconstância do público, fato que prejudicava o andamento das lições. Além disto, a autora aventa a hipótese de que tais cursos rendiam pouco retorno científico e prestígio se comparado com o tempo gasto na sua preparação.⁵⁵

As regulamentações de 1876 previam ainda a realização de concursos públicos para o preenchimento dos cargos de diretores, que deveriam realizar uma prova de exame de línguas, português, francês e latim, geografia, aritmética e geometria. Porém, tal exame deveria ser aplicado apenas aos candidatos que não possuíssem formação nas áreas das respectivas seções. Ainda assim, tal prática pode ser considerada uma das marcas da profissionalização dos naturalistas, com o reconhecimento dos méritos daqueles que se prestavam aos concursos e também da banca examinadora, que teria autonomia para decidir quem contratar.⁵⁶

Outras práticas significativas que ocorreram durante a gestão de Ladislau Netto foram a contratação de viajantes naturalistas para o quadro de funcionários e o início da publicação de seu periódico, a revista *Archivos do Museu Nacional*.

A necessidade de da contratação de viajantes era uma reivindicação desde a gestão de Leopoldo Burlamaque, que considerava tal prática de grande utilidade não só para o Museu como para a “indústria nacional agrícola e de mineração”⁵⁷. Dessa forma, mesmo antes da atuação de Netto, o Museu já contava com estes profissionais; e, quando assumiu a diretoria, Ladislau Netto reforçou apoio aos viajantes, chegando mesmo a favorecê-los em suas remunerações em comparação aos demais.⁵⁸ Alguns destes profissionais atuavam fora do

⁵⁴ SILY, 2012. *Op. Cit.*

⁵⁵ LOPES, 1997. *Op. Cit.*

⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁷ *Ibidem*, p. 98.

⁵⁸ *Ibidem.*

Museu, enviando produtos e publicando seus trabalhos na *Archivos*, enquanto outros trabalhavam dentro das seções.

Dentre aqueles que não agiam no Museu tiveram grande importância Domingos Soares Ferreira Penna e Fritz Müller. Ferreira Penna foi admitido em 1872 e já era conhecido pelas suas investigações arqueológicas e etnográficas na região da bacia amazônica. Permaneceu no Museu Nacional até 1884 quando foi convidado para dirigir o Museu Paraense, instituição que ele ajudou a fundar. Atuando principalmente no envio de produtos amazônicos ao Museu Nacional, Ferreira Penna “contribuiu, também, para que Ladislau ocupasse a liderança no campo da arqueologia e consolidasse o Museu Nacional como o grande centro de investigações antropológicas do país.”⁵⁹ Já Fritz Müller, (Johann Friedrich Theodor Müller), fora um naturalista alemão radicado no Brasil desde 1852, e um dos principais divulgadores da teoria evolucionista de Charles Darwin, fato que fora ressaltado por Netto no ofício que enviara ao Ministro da Agricultura pedindo sua contratação.⁶⁰ Foi admitido no Museu em 1876, permanecendo até 1891, atuando como pesquisador de campo enviando o resultado de suas observações para serem publicadas na revista *Arquivos*.

Quanto aos viajantes naturalistas que também atuaram dentro do Museu, vários deles tiveram posição de destaque na instituição. Carlos Schreiner, admitido em 1872, foi companheiro de Ladislau Netto em diversas viagens pela região Sudeste, chegando a ocupar o cargo de vice diretor da seção de Zoologia em 1893. Outro nome de destaque foi Theodoro Peckolt, farmacêutico alemão radicado no Brasil desde 1847. Peckolt veio ao país aconselhado pelo naturalista Karl Friedrich Philipp Von Martius, para quem trabalhou no envio de plantas e sementes à Alemanha, sendo admitido no Museu em 1874 quando já possuía uma carreira reconhecida nas atividades farmacêuticas, permanecendo por dois anos como diretor do laboratório de Química.⁶¹ Além destes, outros nomes reconhecidos no campo científico passaram pelo Museu durante a gestão de Netto, dentre eles: Guilherme Schwacke, botânico alemão que esteve no Museu entre 1875 e 1891; Emílio August Goeldi, zoólogo suíço, subdiretor da seção de Zoologia do Museu entre os anos de 1885 e 1890, sendo então convidado para dirigir e reestruturar o Museu Paraense; Hermann Von Ihering, zoólogo,

⁵⁹ SANJAD, Nelson. “‘Ciência de potes quebrados’: Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX.” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sér. v.19. n1. p. 133-163. jan.-jun. 2011. p.139

⁶⁰ GUALTIERI, 2008 *op. cit.*

⁶¹ SANTOS, Nadja Paraense dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Aug. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702005000200018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 Julho de 2013.

esteve no Museu Nacional entre 1882 e 1891, de onde saiu para dirigir o Museu Paulista; Charles Hartt, chefe da Comissão Geológica e Geográfica do Império e diretor da Seção de Geologia do Museu; e Orville Derby, aluno de Hartt e substituto deste na seção de Geologia do Museu e chefe da Comissão Geológica de São Paulo.

A presença de nomes reconhecidos internacionalmente no ramo das ciências dentro dos quadros de funcionários do Museu Nacional ou vinculados à ele foi uma insistência constante de Ladislau Netto que buscava, com isto, garantir um maior destaque para a instituição. Contudo, na década de 1890 um novo regulamento viria exigir que os funcionários trabalhassem em regime de dedicação exclusiva no Museu, obrigando-os a baterem ponto diariamente. Esta exigência somada a outras questões internas, dentre elas um certo autoritarismo de Ladislau Netto, são apontadas por Lopes como um dos motivos para a saída de grande parte destes viajantes.⁶² Sobre a postura de Netto, seu sucessor João Baptista de Lacerda comentára:

Ele tinha, às vezes, severidades que magoavam e levava as suas exigências ambiciosas ao ponto de sujeitar todo o movimento científico e administrativo do Museu ao domínio exclusivo de sua vontade. Não é ofender à sua memória, aliás, por muitos títulos digna de respeito, dizer que no intimo da sua consciência ele parafraseou o dito celebre de Luiz XIV – O Museu sou eu.

Essas tendências do seu caráter para o governo autocrático, que podiam ter um lado útil e favorável aos interesses da instituição, não deixaram, todavia, de levantar surdos clamores e de acirrar antipatias e desconfianças entre os seus subordinados e os seus colaboradores. Foi daí que nasceram e foram, a pouco e pouco, aumentando os pequeninos conflitos de atribuições e de preponderância, por virtude dos quais se viu o Museu, alguns anos depois, em situação anárquica.⁶³

3. A revista *Archivos do Museu Nacional*

A publicação da revista *Archivos do Museu Nacional* pode ser considerado a mais significativa iniciativa de divulgação do Museu Nacional. Esta era a opinião de Ladislau Netto em seu Relatório do ano de 1877, onde afirmava que “veio o *Archivo do Museu Nacional* dar um cunho de circunspeção e de severo comedimento à imprensa técnica do

⁶² LOPES, 1997. *Op.cit.*

⁶³ LACERDA, 1905, *op. cit.* p.46

país, que fora algumas raras exceções parecia transviada em mal cabidas lutas ou preocupada com verdadeiras niilidades”⁶⁴

Um dos propósitos da revista era mostrar, tanto para dentro quanto para fora da nação, a face civilizada do país a fim de desfazer alguma ideia de que o Brasil era uma nação atrasada. Isto seria feito por meio da divulgação das pesquisas desenvolvidas no Museu apresentando o quanto estavam em sintonia com a ciência mundial, atividade considerada apátrida por estes homens. Assim, Netto comentara em 1877 que os *Archivos* seriam

para os países estranhos, ou antes, para o vastíssimo orbe das ciências e das letras que não conhecem delimitação à pátria, os mais belos fastoso do nosso avanço no estádio da civilização a cujos olhos constituir-se-ão testemunhos tão eloqüentes quão pouco ostentosos de que unicamente por suspicaz imputação nos podem macular com o deslouro de retrógrados e indolentes.⁶⁵

Esta mesma intenção esteve presente na criação da categoria de sócios correspondentes do Museu que reunia nome de pessoas ilustres do campo científico nacional e internacional de então, como Charles Darwin, Quatrefages de Bréu, Rudolf Virchow e Domingos Soares Ferreira Penna.

Reforçando a disseminação da atividade científica do Museu, a revista *Archivos* era também utilizada como moeda de troca para permutas com outras instituições nacionais e estrangeiras, ampliando assim o alcance de divulgação dos trabalhos realizados dentro no Museu Nacional. No relatório de 1877 Netto afirmara que havia remetido diversas circulares aos estabelecimentos científicos do exterior dando notícia das transformações pelas quais o Museu passara, bem como uma coleção com os dois primeiros fascículos da revista.

Com relação à periodicidade da revista, o regulamento de 1876 previa que esta deveria ser publicada trimestralmente, algo que jamais ocorreu. Durante a gestão de Netto foram publicados ao todo oito volumes, sendo os cinco primeiros anuais, entre 1876 e 1880, e depois a publicação se deu com intervalos irregulares. O volume seis fora publicado só em 1885, o volume sete em 1887 e o oitavo volume saíra só em 1892. O motivo para estas lacunas seria a falta de verbas.

⁶⁴ NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Dr. Ladisláo Netto director geral do mesmo Museu*. Rio de Janeiro, Typographia de João Ignacio da Silva, 1877. p.4

⁶⁵Ibidem. p.4.

A estrutura da revista seguia um padrão mais ou menos fixo. O frontispício da era composto pelo título “*Archivos do Museu Nacional*” seguido das expressões latinas “*Nunquam aliud natura aliud sapientia dicit*” e “*In silvis academi quaerere rerum. Quamquam Socraticis madet mermonobius*”⁶⁶. Logo abaixo encontra-se o brasão das armas do Império demonstrando o caráter oficial da publicação. Nas páginas seguintes seguem uma lista com os membros do Museu de acordo com cada seção bem como os membros correspondentes, seguido do índice das matérias. Ao final encontram-se uma lista dando notícia das coleções do acervo e as estampas mencionadas nos artigos.

Assim, o Museu Nacional terminaria a década de 1870 com uma série de modificações que viriam a fazer deste período o início de sua idade de ouro, contando com apoio de uma rede de homens de ciência que, por meio de suas investigações, contribuiriam não só para a formação de uma comunidade científica nacional, mas também para a inserção do Brasil no âmbito do debate científico internacional, trazendo para o país um pouco das ideias em circulação no mundo europeu.

No capítulo seguinte desta monografia tentaremos demonstrar, através de uma análise detalhada do primeiro volume da *Archivos*, como o Museu Nacional se colocava como instituição científica a par dos debates no campo científico internacional, apropriando-se dos pressupostos científicos vigentes para buscar soluções para algumas questões enfrentadas pelo país durante o último quartel do século XIX.

⁶⁶ Em uma tradução livre, de minha autoria, a primeira frase seria: “Nuca a naturaza diz algo e a ciência diz outra”, frase atribuída ao poeta satírico Decimo Juni Juvenal que viveu entre os séculos I e II d. C. Quanto à segunda frase não encontramos referência à sua autoria nem ao seu significado

II. O MUSEU NACIONAL E A CIÊNCIA DURANTE A DÉCADA DE 1870

1. Os anos de 1870 e o “bando de ideais novas”

O final do século XIX foi um momento de grande agitação política e intelectual no Brasil. O País vivia um momento de mudanças econômicas e sociais, com a região Sudeste se consolidando enquanto o eixo econômico do Império, através da exportação do café; o acirramento dos debates sobre o fim da escravidão com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871; e o fortalecimento das manifestações de oposição ao regime monárquico, com a fundação do primeiro Partido Republicano e a publicação de seu Manifesto.

Foi neste período que surgiu um movimento intelectual conhecido como “a geração de 1870”, composto por pensadores que voltaram seu olhar para os problemas do Brasil procurando investigá-los de acordo com um repertório de análise social produzido fora do país.⁶⁷ Assim, autores como Auguste Comte, Hebert Spencer e Charles Darwin, passaram a fazer parte do rol de referenciais adotados pelos membros desta geração na busca por soluções para os dilemas que o país vivia naquele momento.

A percepção de que a década de 1870 representou o início de um período de efervescência intelectual foi proclamada pelos próprios sujeitos daquele momento e ficou marcada pela expressão de Sílvio Romero, que caracterizou as novidades do período como “um bando de ideias novas.”⁶⁸ Estas ideias que “esvoaçavam” sobre os homens eram embebidas em diversas matrizes de pensamento, como o positivismo, spencerianismo, darwinismo social, liberalismo e cientificismo. Assim, a despeito da unidade geracional dos seus integrantes, o movimento da geração de 1870 era plural, tanto em seus membros quanto nos referências teóricos que adotavam.⁶⁹

De acordo com Angela Alonso, havia, entretanto, algo em comum nesta diversidade de personagens e ideias, uma experiência compartilhada de alijamento político no cenário

⁶⁷ ALONSO, Angela: *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁶⁸ ROMERO, Sílvio *apud* SCHWARCZ, Lila Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁶⁹ Fizeram parte desta geração uma heterogeneidade de nomes que defendiam diferentes correntes políticas e científica, como por exemplo: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, Quintino Bocaiúva, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Júlio de Castilhos, Miguel Lemos, Silva Jardim, Alberto Sales, Miranda Azevedo, entre outros., que segunda Ângela Alonso podem ser reunidos em 5 grupos: “Liberais Republicanos”, “Novos Liberais”, Positivistas Abolicionistas”, “Federalistas Positivistas do Rio Grande do Sul” e “Federalistas Científicos de São Paulo”. ALONSO, 2002. *Op. cit.* p.345-346

nacional.⁷⁰ Deste modo, tal movimento se caracterizara, antes de tudo, por seu caráter reformista, visando formas de intervenção política através da mobilização de modos de pensar estrangeiro e de uma ressignificação da própria tradição imperial. Destarte, a autora salienta que, a despeito das diferenças, os intelectuais desta geração tinham em comum a crítica ao *status quo* imperial, procurando realizar uma reforma política por meio de uma mudança controlada das instituições preservando a hierarquia social.⁷¹

Contudo, no caso da instituição alvo deste estudo, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, esta não parece ter sido a tônica da atuação de seus membros. Margaret Lopes ressalta que uma das chaves para a manutenção e desenvolvimento do Museu neste período foi o fato do seu diretor, Ladislau Netto, ter conseguido se articular com as esferas do poder tanto no Império quanto na República, o que possibilitou sua reforma em 1876 e a transferência para o prédio da Quinta da Boa Vista em 1892.⁷²

Desta forma, o que nos faz incluir o Museu dentro deste momento de alvoroço intelectual é uma outra característica marcante do pensamento desta geração, a crença na ciência enquanto via acesso ao progresso e chave explicativa para entender e solucionar os dilemas enfrentados pelo país.

De fato, foi durante a década de 1870 que o pensamento cientificista, marcado pelos paradigmas das ciências naturais, se difunde no Brasil através da criação de novas instituições, como o Museu Paraense (1871) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), e também com o fortalecimento de espaços já existentes, como as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, e o Museu Nacional. Assim, como bem ressalta Margaret Lopes, este período foi marcado não pelo início das atividades científicas brasileiras, mas por

um adensamento de renovações e atividades em termos da cultura científica brasileira, já marcada pelas profundas mudanças de paradigmas nas ciências naturais, em que as práticas científicas foram revigoradas pelas novas exigências dos parâmetros do eletromagnetismo, das teorias evolucionistas, das teorias estatísticas.⁷³

Os modelos interpretativos vindos das ciências naturais foram adotados nos mais diversos campos, literatura, artes, política, análise social. Em todos eles a ciência parecia ter algo a

⁷⁰ *Ibidem.*

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² LOPES, 1997. *Op. cit.*

⁷³ LOPES, Maria Margaret. “As ciências naturais no século XIX: já não tão novas visões historiográficas”. In: ARAUJO, Valdeci L. [et. al.] (org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 203-204.

dizer, era nela que se fiavam as crenças e de onde se tiravam medidas para colocar o Brasil em igualdade aos países europeus. Uma situação que não era exclusiva do Brasil, mas que fazia parte de um movimento maior de “mudialização das ciências” em que os modelos científicos passaram a circular fora do eixo Atlântico Norte sendo apropriado e ressignificados por meio do diálogo com os contextos históricos e disciplinares dos locais onde eram adotados.⁷⁴

No campo literário, tanto a produção quanto a crítica incorporaram noções como as de evolução, raça e natureza. Romances como *O Dr. Benignus* de Augusto Emílio Zaluar, escrito em 1875, *O Mulato* de Aluísio de Azevedo, publicado em 1881 e *O Chromo: um estudo de temperamentos*, escrito por Horácio de Carvalho em 1888, são alguns exemplos de obras que adotaram referenciais vindos do mundo científico.⁷⁵ Além disto, Roberto Ventura salienta que as noções de raça e natureza marcaram as análises da crítica literária, até o início do século XX.⁷⁶

Na análise social, estes referenciais também estiveram presentes na produção intelectual das escolas de Medicina e Direito, onde os seus membros, no esforço de compreender e solucionar os problemas nacionais, adotavam diversas teorias díspares combinando-as e selecionando os melhores elementos de acordo com a interpretação que davam da realidade nacional.⁷⁷

⁷⁴ FIGUEIRÔA, 1998, *op.cit.*

⁷⁵ Nestes romances ocorrem diversas alusões tanto aos modelos interpretativos do campo científico, como também à figura dos cientistas enquanto homens do saber capazes de desvendarem os segredos da natureza contribuindo para o entendimento do homem e do mundo. Sobre a obra de Zaluar, ver VERGARA, Moema de R. “Contexto e Conceitos: História da ciência e “vulgarização científica” no Brasil do século XIX.” *Interciência*. Caracas, v.33, n.5, mayo de 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0378-18442008000500004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 03/05/2013. Para uma análise do romance *O Mulato* dentro deste contexto ver: CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca. (1873-1880)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, [s.n.], 2007. Sobre o romance *O Chromo* ver: SCHWARCZ, 1993.

⁷⁶ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História, cultura e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁷⁷ Segundo Lilia Schwarcz, os integrantes destas instituições viam-se na qualidade de uma elite ilustrada capaz de guiar o país rumo ao progresso. Na Faculdade de Direito de São Paulo, predominava um modelo liberal de análise da sociedade, mas com políticas restritivas à imigração principalmente de chineses e africanos. Em Recife predominava um modelo determinista e evolucionista de análise. Nas Faculdades de Medicina do rio de Janeiro e da Bahia o tema racial ganhava destaque na medida em que para os baianos era o cruzamento das raças que explicaria os males da nação, enquanto para os cariocas o simples convívio entre as diferentes raças era o responsável pelas doenças e epidemias sendo obstáculo à perfectibilidade biológica. Cf. SCHWARCZ, 1993, *op. cit.*

Quanto aos Museus, já mencionamos que estes se configuraram como locais privilegiados para a articulação do olhar dos naturalistas e onde atuavam como pesquisadores, e também como “ideais em funcionamento”, instituições que iam redefinindo suas práticas de acordo com as transformações do conhecimento científico. Assim, a prática científica no Museu Nacional não esteve imune às mudanças que ocorridas nas ciências naturais na segunda metade do século XIX, sobretudo, com relação aos evolucionismos, procurando dialogar com os novos paradigmas que sustentavam o campo científico. Porém, para visualizarmos em que medida tais teorias foram incorporadas no Museu, dois movimentos são necessários: primeiro uma breve descrição destes modelos científicos que orientavam os homens de ciência do Museu Nacional e, em seguida, uma análise mais detalhada do primeiro número da *Archivos do Museu Nacional*.

2. O Campo científico do século XIX: Os referenciais que guiavam o Museu Nacional.

Mapear todas as mudanças que ocorreram no campo científico durante o século XIX é um esforço que vai muito além dos propósitos deste trabalho. Durante os oitocentos os campos do conhecimento encontravam-se em constante redefinição, realizando seus cortes epistemológicos e modificando seus paradigmas de análise. Contudo, é possível ressaltar algumas teorias científicas que influenciaram as investigações feitas pelos membros do Museu Nacional em suas análises sobre a natureza e a sociedade brasileira publicadas na *Arquivos do Museu Nacional*.

2.1. As teorias Evolucionistas

O impacto das teorias evolucionistas no campo das ciências, principalmente após a publicação do livro do Charles Darwin (1809-1882) *A Origem das Espécies*, em 1859, foi de tal modo que, a partir de então, algumas ideias acerca do universo passaram a ser contestadas e problematizadas, dentre elas: a crença em mundo criado e imutável; a ideia de uma posição privilegiada do homem nesta criação; e a concepção de um passado cuja profundidade era de alguns milhares de anos, conforme indicavam as narrativas bíblicas. Assim, a Terra passou a

ser concebida como um ambiente em constante transformação, engendrando novas questões relacionadas à gênese e desenvolvimento dos seres e da sociedade.⁷⁸

Contudo, o ideário evolucionista já vinha sendo gestado antes mesmo da teoria darwinista. No início do século XIX, o naturalista Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, o Cavaleiro de Lamarck (1744-1829), postulava que os seres vivos se modificavam ao longo do tempo, transmitindo estas mudanças aos seus descendentes. Lamarck buscava responder às teorias fixistas que afirmavam a imutabilidade da natureza, acreditando serem a diversidade de espécies existentes e a diferença destas com relação aos registros fósseis, fruto da ocorrência de diversas catástrofes naturais provocadoras da extinção de algumas espécies e o surgimento de outras.⁷⁹ Segundo Lamarck, esta seria uma explicação demasiado simples para a diversidade animal. Para este naturalista, não havia extinções, mas modificações nas espécies que adaptavam-se às mudanças do ambiente também em transformação. Esta mudança nos animais, provocada por sua adaptação ao meio, poderia ser tão radical longo do tempo que um indivíduo tornar-se-ia então uma espécie distinta dos seus ancestrais.⁸⁰

Diferentemente da teoria darwinista, o evolucionismo de Lamarck possuía um fim teleológico, o aperfeiçoamento contínuo e linear das espécies, que se modificavam sempre dos organismos mais simples para os mais complexos. Além disto, o evolucionismo lamarckista tinha no meio ambiente o elemento determinante para que ocorressem as transformações, através do acionamento de uma “força intrínseca”, cuja origem era obra divina.⁸¹ Assim, temos que em Lamarck a mão do Criador ainda atua sobre os seres, mesmo dando certa autonomia para que ocorram as mudanças.

A teoria lamarckista foi de suma importância para o desenvolvimento posterior dos trabalhos de Charles Darwin. Contudo, como dissemos, as teorias darwinistas marcaram um ponto de inflexão no ideário evolucionista. Assim como Lamarck, Darwin também considerava que as mudanças nas espécies ocorriam de forma gradual, porém, para este o meio ambiente, apesar de atuante, não era o fator exclusivo causador das transformações. De acordo com a teoria da seleção natural, o meio não modificava, apenas selecionava as

⁷⁸ BARROS, Henrique Lins de. “Prefácio”. In. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol [et.al] (org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

⁷⁹ O principal expoente dessas teorias foi Georges Cuvier.

⁸⁰ De acordo com Ana Cecília Trippichio, Lamarck entendia espécie como “toda coleção de indivíduos semelhantes, que a geração perpetua no mesmo estado, enquanto as circunstâncias de sua situação não mudam o bastante para fazer variar seus hábitos, seu caráter e sua forma”. (Lamarck *apud* TRIPPICCHIO, *op. cit.*, p.110.)

⁸¹ TRIPPICCHIO, 2005. *Op. cit.*

espécies mais adaptadas⁸². Com isso, Darwin eliminava o sentido teleológico que a evolução tinha em Lamarck, pois não haveria uma tendência interna adaptativa que levaria os seres a uma modificação interior sempre dos organismos mais simples para os mais complexos. A evolução das espécies na teoria darwinistas se daria por fatores desconhecidos, mas não possuíam uma direção e sentidos únicos, o que determinava o seu sucesso era o fato dos seres se adaptarem ou não ao ambiente.

Apesar de impactante o evolucionismo darwinista não foi totalmente aceito no momento imediato após a publicação do livro *A Origem das Espécies*. A principal dificuldade era a aceitação da seleção natural e sua pressuposição de que não havia a interferência de um Criador no processo evolutivo das espécies, sendo uma explicação materialista que prescindia da ideia de Deus. Contudo, isto não impediu que diversos cientistas acatassem os outros aspectos da teoria de Darwin e se declarassem como darwinistas ou darwinianos. Como bem ressalta Regina Gualtieri, “nas duas primeiras décadas pós-Origem o seu significado nem sempre incluía todas as concepções do naturalista inglês.”⁸³ Assim, a autora destaca que ser evolucionista ou darwinista ou anti-darwinista nos anos de 1870 não era o mesmo que assumir tal postura nos anos 1890.⁸⁴ A título de curiosidade reproduzo algumas das diversas apropriações que o termo darwinista assumiu durante o século XIX, trazidas por Regina Gualtieri

Materialismo grosseiro, um renascimento da teologia, ataque à fé cristã, uma conspiração cristã para subverter a fé muçulmana, uma afronta contra a ciência positiva, uma justificativa para a política econômica do *laissez-faire*, a base para a teoria econômica marxista.⁸⁵

Outros importantes autores evolucionistas que desenvolveram suas teorias na segunda metade do século XIX foram Ernst Haeckel (1834-1919) e Hebert Spencer (1820-1903). Haeckel foi o principal divulgador das ideias darwinistas na Alemanha. Em sua teoria evolucionista conhecida como recapitulacionismo este autor postulava que o indivíduo,

⁸² “Em *A origem das Espécies*, Darwin apresentou a ideia de seleção natural como força criativa da evolução; estava ligada a três princípios: a variação, a hereditariedade e a luta pela vida, ou seja, as variações são produzidas a cada geração e essas variações são herdadas, pelo menos uma parte delas, por seus descendentes; os seres vivos produzem mais descendentes do que aqueles que podem sobreviver; os sobreviventes serão aqueles que apresentarem as variações que forem úteis nas suas relações com outros seres, com as condições físicas da vida e que tiverem bom êxito em deixar descendentes”. (GUALTIERI, 2008. *Op. cit.* p. 21).

⁸³ *Ibidem* p.24. Sobre o termo “darwinista” Gualtieri afirma que ele foi cunhado em 1864 por Thomas Huxley (1825-1895) e originalmente remetia às ideias de Darwin. Este termo foi reforçado por Alfred Russel Wallace (1823-1913) ao publicar um livro intitulado *Darwinismo*.

⁸⁴ Após a década de 1890, ser darwinista era concordar com integralmente com as teorias de Charles Darwin. *Ibidem*.

⁸⁵ HULL, 1988 *apud* GUALTIERI, 2008 *op. cit.* p. 20

durante seu desenvolvimento biológico, recapitulava a história evolutiva do seu grupo. Dessa forma, pelo estudo embrionário era possível verificar o passado das espécies e as transformações ocorridas como respostas dadas ao meio, através do reconhecimento dos caracteres incorporados durante o desenvolvimento do embrião. Esta postura fora adotada no campo da análise social, levando à ideia de que “do mesmo modo que um indivíduo, durante seu desenvolvimento biológico, recapitulava a história evolutiva do grupo ao qual pertencia, o processo civilizatório de um povo recapitulava a história de povos civilizados”.⁸⁶

Já Spencer, estendeu as teorias evolucionistas à análise social, acreditando assim que do mesmo modo que os seres vivos evoluíam do simples para os complexos, as sociedades também o faziam, das mais simples para as mais complexas. Tanto Haeckel como Spencer davam muita importância aos caracteres herdados sendo considerados autores Neolamarckista, vertente evolucionista que intencionava de alguma maneira restabelecer a teologia no processo evolutivo em resposta à causalidade da seleção natural.⁸⁷

Dessa forma, o que a unanimidade entre os adeptos do darwinismo ao longo do XIX se dava apenas com relação à inconstância das espécies e a descendência com modificação, porém, o processo que levava à tal transformação e a ideia de mudança gradual não possuíam aceitação consensual.

2.2. As doutrinas raciais: monogenismo e poligenismo

O pensamento racial no século XIX herdara do século anterior algumas das discussões realizados acerca das diferenças entre os Homens, elaboradas, sobretudo, a partir do contraste entre o Velho e o Novo Mundo. Naturalistas e filósofos dos setecentos legaram ideias sobre o continente americano que persistiram no imaginário científico dos oitocentos sendo reatualizadas de acordo com os parâmetros científicos vigentes.

Tanto a imagem do “bom selvagem” de Rousseau, em que os estes são entendidos enquanto povos ainda não corrompidos pela civilização, quanto as teorias acerca da inferioridade do continente americano elaboradas pelo conde de Buffon e o abade Cornelius de Pauw, postulando a impossibilidade do desenvolvimento dos nativos da América, deixaram uma pluralidade de concepções sobre as diferenças entre os homens que, posto em um ambiente específico – a América – apresentavam duas perspectivas distintas, ambas

⁸⁶ Ibidem, p. 13.

⁸⁷ Ibidem, p. 210.

calcadas na negação: uma *Imagem positiva* – de povos sem leis, vícios e propriedades, o bom selvagem; e a *imagem negativa* - de povos sem história, religião, imersos na ignorância e idolatria.⁸⁸

Assim, havia uma oscilação entre uma visão positiva ou negativa da América e seus habitantes, e a possibilidade do desenvolvimento destes.⁸⁹

Ao longo do século XIX estes pressupostos foram novamente evocados, porém a partir de outros referenciais, os estudos antropológicos, arqueológicos e etnográficos, que embasavam as teorias raciais vigentes. Desta forma, naturalizavam-se as diferenças entre os povos através do estabelecimento de hierarquias em que o topo mais alto fora sempre conferido ao homem branco europeu, modelo de aperfeiçoamento humano a ser seguido, e os lugares inferiores relegados aos negros, asiáticos e povos ditos selvagens. Esta naturalização serviu como justificativa para a dominação das raças ditas “superiores” sobre as “inferiores”, fundamentando, assim, os movimentos colonialistas ao longo de todo o oitocentos.

No cerne da discussão sobre as diferenças raciais estava o debate sobre a origem da humanidade, uma problemática que fazia parte de uma questão maior, norteadora de grande parte do debate científico durante o século XIX, a saber, a origem dos homens e das coisas. Tal questionamento já suscitava discussões desde meados do século XVII, período em que as ciências da Terra tornaram-se saberes emergentes, engendrando teorias geológicas para explicar a história do planeta, forjando assim “a consciência de uma relação nova entre história natural e história humana.”⁹⁰

Segundo Lilia Schwarcz, a ideia de raça fora colocada pela primeira vez na literatura especializada no início do século XIX pelo naturalista francês Georges Cuvier.⁹¹ Ao contrário de Lamarck, Cuvier não acreditava na evolução das espécies, pois estas possuíam formas fixas que eram legadas aos seus descendentes. Foi com base nesta fixidez biológica que ele

⁸⁸ Ventura, 1991. *Op. cit.*

⁸⁹ Já no início do século XIX, a tese da inferioridade do continente e do homem americano seria revista por meio dos trabalhos de Alexander Von Humboldt, viajante que fizera suas primeiras explorações na América do Sul entre os anos de 1799 e 1804. Diferentemente dos anteriores, Humboldt acreditava que a natureza deveria ser concebida não apenas como um repositório de espécies, mas como parte integrante da pesquisa sendo necessário avaliar a paisagem, descrevê-la, medi-la, estudando a interação entre os seres e a localidade. KODAMA, Kaori. *Os Filhos das Brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2005.

⁹⁰ ROSSI, 1992. *Op. cit.* p.16.

⁹¹ SCHWARCZ, 1993. *Op. cit.*

desenvolvera seus estudos em anatomia comparada o que permitiu, através da analogia da formas, a classificação das espécies animais tanto vivas quanto as extintas.⁹² A partir de então, não bastava apenas descrever as diferenças entre os povos, era preciso estudá-las, classificá-las e, sobretudo, hierarquizá-las. A anatomia comparada foi uma das bases para os estudos em Antropologia Biológica desenvolvidos tanto em instituições européias quanto no Museu Nacional durante o século XIX.

Com relação à origem do homem, o debate racial se nutria de diferentes versões agrupadas em dois pressupostos teóricos: o monogenismo e o poligenismo. No primeiro caso, postulava-se que, a despeito das diferenças entre os homens, todos tinham uma origem única, descendendo de um mesmo ancestral, porém variando em sua evolução. Esta variação poderia ter diversas causas, desde justificativas calcadas nas escrituras bíblicas, como a dispersão dos filhos de Noé, até justificativas baseadas na diferença entre os climas dos continentes, uns mais propícios para o aperfeiçoamento dos homens outros menos.⁹³ De qualquer forma, todas elas possibilitavam a hierarquização dos povos, entre aqueles mais e menos desenvolvidos. Tal visão foi predominante do século XIX, sendo a base para as teorias de autores importantes no campo da antropologia e arqueologia como Quatrefagues de Bréu (1810-1892).⁹⁴

A visão poligenista postulava que a diferença entre os homens era resultado de origens distintas destes; negros, brancos, asiáticos e aborígenes eram desiguais, pois vinham de diversos centros de criação. Esta ideia era pensamento predominante na América e fora reforçada com o desenvolvimento da Antropologia Biológica. As análises antropométricas realizadas pelos antropólogos conferiam um *satus* de maior cientificidade e precisão na classificação das diferenças. Grande atenção era dada às medidas craniométricas que levavam os cientistas a medirem o grau intelectual das raças. Autores como Paul Broca (1824-1880),

⁹² Os trabalhos de Cuvier contribuíram também para um aprofundamento da ideia de tempo. Em seus estudos, Cuvier verificava formas anatômicas muito distintas uma das outras que não possuíam modelos transitórios. A explicação para esta diversidade estava na ocorrência de catástrofes que extinguiam algumas espécies e possibilitavam o surgimento de outras. Para que tal explicação pudesse ser fundamentada, dentro de um paradigma fixista da natureza era preciso que a Terra possuísse uma antiguidade maior do que os seis mil anos que a cronologia estabelecida pelos naturalistas informava naquele momento. Como ressalta Felipe Faria, concepção ajustava-se perfeitamente ao programa de trabalho que Cuvier desenvolvera, que deu origem à Paleontologia moderna, sendo esta, junto com os estudos em anatomia comparada o maior legado deste cientista. FÁRIA, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

⁹³ A ideia dos fatores climáticos como mote para as diferenças entre os homens era presente tanto em Buffon quanto em De Pauw. SCHWARCZ, 1993. *Op. cit.* GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

⁹⁴ GOULD, 1991. *Op. Cit.*

criador da Sociedade Antropológica de Paris, e Louis Agassiz (1807-1873) e seu discípulo Samuel G. Morton (1799-1851) foram os principais referenciais para este modelo.⁹⁵

O debate entre monogenistas e poligenistas não ficaria imune ao advento do evolucionismo darwinista na segunda metade do século XIX. A partir de então, a ideia de uma ancestralidade comum passou a predominar, o que não significava a vitória do monogenismo sobre o poligenismo. A eliminação da base criacionista que sustentava ambas as posições trouxe, contudo, novos argumentos para sustentar a hierarquização das raças. Em substituição ao discurso da diversidade dos centros de criação dos homens, os defensores do poligenismo passaram a argumentar que, de fato, a humanidade possuía uma ancestralidade comum, contudo, a diferenciação produzida entre os homens ao longo do tempo seria tão profunda que era possível falar em raças distintas. Para os monogenistas, humanidade não deixava de ser desigual havendo uma hierarquia linear entre as raças.⁹⁶

Veremos que no Museu Nacional, ambos os modelos se encontram e são referências nas análises feitas acerca da origem do homem e, em particular, dos indígenas, recorrendo aos autores adeptos tanto do monogenismo quanto dos poligenismo. Assim, os indígenas são retratados ora como selvagens, ora como povos na infância da civilização, com sua possibilidade de serem integrados na sociedade negada por uns e ratificada por outros, demonstrando a pluralidade de opiniões dentro desta instituição e a cor local de questões presentes no cenário científico internacional

Tanto as teorias raciais quanto os evolucionismos em suas diferentes acepções estiveram presentes nos trabalhos dos membros do Museu Nacional, que se apropriavam destes pressupostos nas suas análises sobre a natureza e a sociedade. Dessa forma, o Museu buscava se inserir no debate científico internacional demonstrando a face moderna e civilizada do Império do Brasil que, assim como os demais países europeus, também produziam conhecimento científico.

Cabe ressaltar que a adoção de tais teorias não se dava sem uma prévia seleção, ajustando-as aos debates realizados fora do campo científico que, como bem demonstrado pelos teóricos

⁹⁵ *Ibidem.*

⁹⁶ *Ibidem*, p. 65.

da ciência, não deixavam de influenciar a produção do conhecimento.⁹⁷ Assim, tornava-se relevante discutir as doutrinas raciais no Brasil num momento em que o país vivia o acirramento dos debates sobre o fim da escravidão. Também era importante pensar nas teorias evolucionistas e sua implicação com relação à origem do homem para buscar uma legitimação, tanto no tempo quanto no espaço, à ocupação de territórios ainda pouco conhecidos, dentro de um movimento de expansão das fronteiras do Império.

A seguir veremos mais de perto como os membros do Museu Nacional adotavam esta diversidade de ideias presente no campo científico do século XIX

3. Os artigos publicados na *Archivos do Museu Nacional*

A *Archivos do Museu Nacional* estréia seu primeiro número com oito artigos publicados pelos membros do Museu, perfazendo um total de cerca de 150 páginas. Os temas seguem a organização das seções do Museu, com matérias sobre Botânica, Zoologia, Antropologia e Arqueologia e estudos fisiológicos.

3.1. Botânica

Há apenas uma matéria sobre este assunto, trata-se de *Estudos sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos*, escrita por Ladislau Netto. Como já dissemos, Netto estudara botânica durante os anos que estivera na Europa e este estudo é uma continuação dos trabalhos anteriores escritos durante sua estadia na França, porém agora com uma vantagem, ter a disposição mais exemplares devido a riqueza da fauna brasileira.

Neste trabalho Netto procura analisar como se dá o desenvolvimento do caule de plantas trepadeiras, ou seja, quais os mecanismos que possibilitam seu crescimento. Tal estudo já fora realizado por Charles Darwin, cujo trabalho o diretor do Museu cita e procura estabelecer um diálogo.⁹⁸ Netto concorda com a teoria da evolução das espécies, de que há uma permanente

⁹⁷ A filosofia das ciências, desde a década de 1930, tem alertado para as influências da área social na produção do conhecimento científico que pretendia ser neutro. Tal influência, antes que uma deturpação era, na verdade, parte constituinte das teorias científicas. Sobre este aspecto Cf: FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010; KUHN, Thomas. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

⁹⁸ Segundo Netto trata-se do texto *On the movements and habits of climbing plants* publicado no *Journal of the Linnean Society, Botany, 113, London, 1865*. NETTO, Ladislau. “Estudos sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos.” In: *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876. p.139.

transformação da natureza, contudo, as observações empíricas que fizera levam-no a contestar as teorias de Darwin em alguns pontos. A discórdia se dava no motivo pelo qual algumas plantas apresentavam voltas completas sobre o suporte em que se apoiavam e outras não. Segundo o naturalista inglês, as plantas que não faziam este movimento completo eram exemplares que apresentavam uma modificação do tipo original, capaz de tal realização. Já Netto acreditava no contrário, a circunvolução total realizada pelas plantas trepadeiras seria uma adaptação destas ao meio a que estavam circundadas.

Discorrendo sobre a formação das florestas, Netto credits ao meio o fator de transformação dos arbustos, que teriam se modificado e desenvolvendo assim os mecanismos propícios para se apoiarem em outras vegetais em busca de luz. Dessa forma, vemos que apesar de utilizar termos comuns à teoria darwinista como “evolução” e “luta pela vida”, Netto aproxima-se mais do evolucionismo lamarckista, pois confere ao meio ambiente o motor da transformação das espécies. Esta aproximação maior com as teorias de Lamarck se alicerça também no fato de Netto não negar a ação de um Criador na constituição dos seres – consideração presente em outros trabalhos de sua autoria publicados na *Archivos do Museu Nacional*.⁹⁹

Apesar do diretor do Museu colocar seus trabalhos no campo das hipóteses, é interessante notar que sua aparente adesão ao darwinismo confirma a ideia ressaltada por Regina Gualtieri de que ser darwinista naquele momento não implicava a aceitação de todos os pressupostos do naturalista inglês; também podemos confirmar a opinião já bastante ressaltada pela historiografia das ciências no Brasil quanto à adoção das teorias estrangeiras pelos homens de ciência no Brasil são ser apenas uma mímese, havendo uma reapropriação e reelaboração destas de acordo com a realidade nacional. Neste caso, a natureza brasileira, que dava a Netto uma vantagem com relação aos outros pesquisadores do mundo europeu servia como campo de provas às ideais estrangeiras.

3.2. Os Estudos Zoológicos

Trata-se de uma nota publicada pelo Dr. Joaquim Pizarro, médico e diretor da seção de Zoologia do Museu entre 1871 e 1883. Considerado um “transformista radical, o Dr. Pizarro suas conferencias ministradas no Museu Nacional “escandalizou, mais de uma vez, o

⁹⁹ Ver *Archivos do Museu Nacional* vol. 2, 1877; vol. 3, 1878 e vol. 6, 1885.

auditório feminino, frisando as linhas e os pontos de contato que existem entre o homem e o macaco.”¹⁰⁰

O artigo publicado em 1876 na *Archivos* intitula-se *Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso denominado Batrachycthis*. Trata-se de uma descrição de uma espécie de anfíbio que, segundo o médico e zoólogo, seria uma forma transitória entre um peixe e um réptil. As referências evolucionistas deste “transformista radical” aparecem logo no início de seu texto, quando o autor faz menção aos trabalhos de Charles Darwin e sua contribuição às ciências naturais, não se esquecendo de mencionar o apoio do Imperador D. Pedro II ao campo científico nacional:

O bom caminho e o progressivo desenvolvimento que começa a ter no Brasil o estudo das ciências naturais, graças à paternal solicitude de seu Imperante, pode-se dizer que é boa parte devido ao impulso grandioso que ao movimento científico deste país deu o gênio de Darwin com a publicação do seu trabalho sobre a ‘Origem das espécies’. Verdadeiro monumento de paciência e de gênio veio este livro despertar a atenção dos povos do continente sul-americano cujos filhos pareciam dormir o sono da indiferença sobre o mundo de preciosidades que entesouram as suas terras.¹⁰¹

Em seguida, o autor afirma dedicar este trabalho aos “professores Darwin, Haeckel e Charles Martins”, de quem ele se diz admirador. Pizarro descreve então o animal investigado, tanto em seus aspectos externos como internos, e lança a hipótese de que trata-se de uma espécie de salamandra detentora de nadadeiras e patas, adaptadas a vida lacustre e terrestre. Contudo, de acordo com Regina Gualtieri, o animal investigado por Pizarro era na verdade um girino de rã cujo processo de metamorfose o autor desconhecia. Posteriormente, em 1916, Miranda Ribeiro, então zoólogo do Museu Nacional, veio a criticar Neto por permitir a publicação de tal artigo, atraindo o ridículo sobre o Museu.¹⁰²

A despeito das conclusões do doutor Pizarro, o que este trabalho revela é a adesão ao modelo evolucionista e a busca por constatar tal modelo empiricamente. A perquirição de formas transitórias dos seres vivos fazia parte dos programas de investigações estimulados pelas ideias evolucionistas, sedo Ernst Haeckel um dos entusiastas de tal linha de investigação.¹⁰³ Novamente a natureza brasileira serve de campo para constatar a validade

¹⁰⁰ LACERDA, 1905, *op. cit.* p. 60.

¹⁰¹ PIZARRO, J.J. “Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso denominado *Batrachycthis*”. In: *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876, p.32

¹⁰² GUALTIERI, 2008 *op. cit.*

¹⁰³ *Ibidem*.

destas teorias, ainda que o desconhecimento do pesquisador sobre esta pudesse a levá-lo a enganos em suas conclusões.

3.3. Os estudos antropológicos

Uma das características da Antropologia na segunda metade do século XIX foi a sua “fascinação pelos números, a fé em que as medições rigorosas poderiam garantir uma precisão irrefutável e seriam capazes de marcar a transição entre a especulação subjetiva e uma verdadeira ciência, tão digna quanto a física newtoniana.”¹⁰⁴ A partir do refinamento das análises estatísticas os cientistas estabeleciam suas teorias sobre o homem confiando na infalibilidade das medidas e cálculos aferidos.

Este procedimento também esteve presente nos estudos realizados no Museu Nacional, onde os médicos João Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto realizaram diversas análises classificatórias em uma série de exemplares de crânios contidos no acervo do Museu. Nestes trabalhos, os autores procuram investigar, por meio das medidas dos crânios e da arcada dentária, qual seria a origem do homem americano, qual o estado de civilização dos índios botocudos brasileiros e a possibilidade de inseri-los na sociedade.

Procurando demonstrar estarem a par dos conhecimentos produzidos pela antropologia de seu tempo, os autores, inicialmente fazem uma espécie de memorial desta disciplina, citando tanto aqueles que contribuíram para este campo de investigação, como aqueles que têm tratado desta disciplina recentemente, dentre eles o do médico francês Paul Broca, o qual os autores afirmam serem seguidores por considerarem o modelo classificatório deste o mais completo. Segundo Adriana Keuller, o programa investigativo de Broca era orientado em grande parte pelas questões da biologia humana, com problemas que iam desde a antiguidade do homem até sua posição na hierarquia sociológica, abrangendo estudos relacionados às raças humanas, com base na medicina, zoologia, arqueologia pré-histórica, paleontologia, a linguística e a história, procurava pensar o homem dentro da natureza biológica, social e cultural.¹⁰⁵

Os crânios analisados por Lacerda e Peixoto são de indígenas da família dos Botocudos, considerados pelos autores como “feralmente indolentes, pouco amigos do

¹⁰⁴ GOULD, 1991. *Op. cit.* p.65.

¹⁰⁵ KEULLER, 2008. *Op. cit.*

trabalho, de um caráter excessivamente desconfiado e vingativos.”¹⁰⁶ O texto é permeado com observações sobre as medidas corporais e a comparação destes crânios com outros exemplares, demonstrando a fé que tinham neste método investigativo. Os modelos que servem de comparação com os crânios indígenas que os autores buscam classificar são oriundos de dois locais diferentes: um encontrado em Lagoa Santa, o qual os autores consideram como sendo de um exemplar da raça autóctone do Brasil¹⁰⁷, e outro encontrado no Espírito Santo, que os autores acreditam ser de uma raça indígena que se encontrava em estado de civilização mais adiantado que os Botocudos.

Assim, através da comparação dos crânios dos índios botocudos com exemplares que estariam em estados de civilizações distintos, os autores afirmam estarem os botocudos em um estado de desenvolvimento próximo do que possuía a raça autóctone, tendo, contudo, sofrido modificações ao longo do tempo por meio do cruzamento com outras raças. Esta hipótese pôde ser comprovada por Lacerda e Peixoto através das medições que indicavam a existência de crânios tanto mesorrinos quanto leptorrinos.¹⁰⁸ Os primeiros seriam ligados aos grupos mongolóides, enquanto o segundo aos grupos caucasóides, indicando assim, a mistura de raças. Contudo, esta modificação não seria para os autores um sinônimo de evolução, pois,

pela sua pequena capacidade craniana os Botocudos devem ser colocados a par dos Neo-Caledonios e dos Australianos, isto é, entre as raças mais notáveis pelo seu grau de inferioridade intelectual. As suas aptidões são, com efeito, muito limitadas e difícil é fazê-los entrar no caminho da civilização.¹⁰⁹

Esta inferioridade dos Botocudos também fora constatada pelos médicos ao analisarem a arcada dentária destes mesmos crânios indígenas, constatando nelas um caráter de

¹⁰⁶ FIHO, Lacerda; PEIXOTO, Rodrigues. “Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa industrial, v.1, 1876. p.49.

¹⁰⁷ Este exemplar vindo de Lagoa Santa fora encontrado na década de 1830 pelo naturalista Peter W. Lund. Inicialmente adepto das teorias catastrofistas de Cuvier, Peter Lund veio a abandoná-las a partir de descobertas arqueológicas em que revelavam a presença de fósseis de animais extintos com espécies ainda viventes, dentre elas este crânio humano. Tal descoberta levou Lund a postular que este crânio seria o exemplar de uma raça autóctone americana. LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund: O Auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. 2007. 465 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁰⁸ Não encontrei referências sobre o significado de tais características na antropologia biológica no século XIX. Contudo, de acordo com o professor Malthus Fonseca Galvão do Departamento de Patologia da Faculdade de Ciência da Saúde da Universidade de Brasília, tais termos são utilizados atualmente na Medicina Forense para indicar o tamanho da abertura nasal dos crânios e sua relação com os grupos étnicos. Leptorrinos seriam os indivíduos com índice nasal mais estreito, característico dos grupos caucasóides, enquanto os mesorrinos seriam indivíduos com índice nasal mediano, característico dos grupos mongolóides. Cf. GALVÃO, Malthus Fonseca. *Determinação da Etnia*. Disponível em: <http://www.malthus.com.br/mg_total.asp?thus=s&id=315&topr=3> Acesso em 10/07/2013.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 71.

“inferioridade étnica”¹¹⁰. Nesta análise, os autores também fazem a confrontação da série craniana dos Botocudos com outros exemplares, desta vez, outras tribos indígenas do continente americano, por meio da análise de estampas feitas pelo médico Samuel G. Morton¹¹¹, médico americano de quem Lacerda afirma ser seguidor.

Assim, vemos que os estudos antropológicos no Museu não se diferenciam dos demais realizados em outros locais, estando eles ligados aos debates sobre a origem da humanidade, da existência de uma raça autóctone americana e as diferenças entre as raças. Sobre este assunto os autores afirmam que tanto as teorias monogenistas quanto as poligenistas possuem argumentos plausíveis, porém, ao postularem a existência de uma autoctonia dos índios americanos ambos deixam claro sua filiação às ideias poligenistas. Além disso, os estudos antropológicos feitos no Museu também discutiam a possibilidade ou não de integração dos índios Botocudos à sociedade oitocentista, possibilidade esta descartada por Lacerda Filho e Peixoto.

3.4. Os Estudos Arqueológicos

De acordo com o arqueólogo canadense Bruce G. Trigger, foi durante o século XIX que a Arqueologia se desvencilhou de sua tradição antiquária e passou se dedicar as análises evolucionistas da história humana.¹¹² As investigações feitas demonstravam a existência de indústrias mais complexas do que se imaginava na para os períodos recuados no tempo, revelando também um aperfeiçoamento gradual da capacidade humana de dominar o meio ambiente.

A partir da década de 1860, estas investigações assumiram na Inglaterra e na França os pressupostos das ciências naturais, com a convicção de que a evolução da cultura material assinalava o aperfeiçoamento moral e social do homem, porém um desenvolvimento que não estava relegado a todos os povos.¹¹³ Neste período, a crença nas origens evolutivas da sociedade européia juntavam-se às teorias raciais para explicarem o fracasso das sociedades que não evoluíram de acordo com o modelo Europeu. Tais explicativas, como já dissemos,

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 81.

¹¹¹ Morton era discípulo de Agassiz e, assim como seu mestre, adepto do poligenismo. Reuniu ao longo de sua vida uma coleção de mais de 500 crânios, que serviam de modelos para a comprovação da existência de uma hierarquia entre as raças, através das características físicas, em especial da capacidade e forma dos crânios. Sua obra mais famosa foi publicada em 1839 e chama-se *Craniana americana*. Nesta, o autor faz um estudo sobre os diversos exemplares de crânios dos indígenas americanos e as características raciais que eles demarcam. Cf: GOULD, 1991. *Op cit.*

¹¹² TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004. p. 105.

¹¹³ *Ibidem*.

faziam parte de repertório de justificativas para a expansão imperialista das nações ditas civilizadas, tanto na Europa quanto na América.

A referência para estes estudos era o livro *Pre-historic Times, as illustrated by Ancient Remains, and Customs of Modern and Savages*, escrito pelo inglês John Lubbock (1834-1913) em 1865. Fora Lubbock um dos responsáveis para a introdução do pensamento darwinista na arqueologia, acreditando que “os povos tecnologicamente menos avançados eram não apenas cultural, mas também emocional e intelectualmente mais primitivos que os civilizados.”¹¹⁴ Contudo, Tanto para Lubbock quanto para a maioria dos arqueólogos do período, a evidência etnográfica era o meio mais fácil de perceber como os povos da pré-história viviam. Neste sentido, os artefatos eram apenas uma ilustração do passado que tentava-se explicar; assim, “o principal valor da arqueologia residia em confirmar que a evolução acontecera de fato, mas em graus variados, portanto em proporções variadas, em diferentes partes do mundo”.¹¹⁵

No Museu Nacional do Rio de Janeiro os estudos arqueológicos também se encontravam ligados aos etnográficos, ambos tentando elucidar o passado dos primeiros habitantes da América. No primeiro número da revista foram publicados três artigos sobre este assunto, um tratando de descrições sistemáticas de objetos, e os outros dois faziam uma análise *in loco* dos sítios arqueológicos.¹¹⁶

As investigações se centravam, sobretudo, nos *sambaquis*, uma espécie de montes compostos por restos de alimentos e artefatos que se acumulavam durante o tempo, deixando um legado de ossos e instrumentos que serviam de base para as interpretações dos naturalistas.

Logo no texto de abertura da revista, Carlos Wiener, naturalista viajante do Museu Nacional explicita a importância destes vestígios ao afirmar que “o humilde sambaqui tem para a ciência universal a mesma importância que a majestosa pirâmide do Egito ou do México (...) o crânio de um cacique é tão interessante como o de um Faraó”¹¹⁷. Como parte

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 113.

¹¹⁵ *Ibidem* p.142

¹¹⁶ São eles: *Descrição dos objetos de pedra de origem indígena, conservados no Museu*, escrito por Charles F. Hartt; *Estudos sobre os Sambaquis do sul do Brasil* de Carl Wiener; e *Breve noticia sobre os sambaquis do Pará* escrito por Domingos Soares Ferreira Penna. Cf. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, Vol I, n.1, 1876.

¹¹⁷ WIENER, Carlos. “Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa industrial, v.1, p.1-21, 1876.

das investigações sobre estes objetos, os pesquisadores descreviam pormenorizadamente as características das regiões em que os sambaquis eram encontrados, integrando a paisagem aos vestígios; tal análise se fazia importante pois possibilitava o estabelecimento de comparações entre os diferentes locais onde os sambaquis se situavam. Além disso, eram descritos os próprios sambaquis, seu tamanho, forma, quantidade e quais os objetos eram encontrados nestes, estabelecendo assim, uma “geometria dos sambaquis”¹¹⁸, que buscava caracterizá-los e compará-los.

A partir da descrição dos sambaquis, autores procuravam apreender a origem destes montes, se seriam obra da natureza ou da ação humana, ou de ambas em conjunto. Para Domingos Soares Ferreira Penna, também naturalista viajante do Museu Nacional, os sambaquis eram produtos apenas da atividade humana¹¹⁹. Já Wiener acreditava que haviam sambaquis produzidos artificialmente, havendo também aqueles oriundos de fatores naturais, fruto do movimento das marés.

Tomados como produtos da atividade humana os sambaquis poderiam revelar aspectos da vida dos povos do passado. Assim, Carlos Wiener irá afirmar que a presença de grande quantidade de fragmentos de ossos humanos em meios às conchas – ambos entendidos como restos de alimentos – indicava que os índios que ali viviam eram antropófagos, e, por serem mais abundantes os ossos do que qualquer outro vestígio, este naturalista afirmava que “a carne humana era provavelmente mais apreciada do que qualquer outro alimento”¹²⁰. Outra informação retirada destes detritos era quanto a possibilidade dos sambaquis terem sido utilizados como cemitérios pelos indígenas. Neste ponto, Wiener e Ferreira Penna, concordam com tal prática, porém às predicam de maneira diversa. Para o primeiro, este costume era outro sinal da barbárie dos índios, pois indicava que estes enterravam seus mortos junto aos restos e lixos, fato que atestaria a ausência de leis sociais uma vez que para este autor, a existência de cemitérios com túmulos “é índice do grande passo dado pelo bípede carnívoro (antropófago) para tornar-se homem.”¹²¹

¹¹⁸ FERREIRA, Lucio Meneses de. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. 2007. 336f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

¹¹⁹ PENNA, Domingos Soares Ferreira. “Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa industrial, 1876. p. 85-101,

¹²⁰ WIENER, 1876. *Op. cit.* p.15.

¹²¹ *Ibidem*, p. 17

Já Domingos Soares Ferreira Penna, possuía uma visão mais otimista com relação aos indígenas. Segundo este autor, fora testemunhado por “pessoas de conceito” que havia entre os sambaquis esqueletos humanos inteiros, sendo encontrado dentro de uma urna. Este seria o indício da prática de rituais fúnebres entre os indígenas, e, ainda que estes rituais se dessem em meio a outros detritos, esta era “uma demonstração de veneração e amizade ao falecido de quem os parentes não se queriam separar.”¹²² Assim, podemos observar que, se aos olhos de Wiener o enterro dos mortos junto aos restos de alimentos seria um atestado de selvageria e barbárie, Ferreira Penna entende esta prática como uma demonstração de sentimentos nos indígenas.

Com relação à antiguidade destes objetos tanto Ferreira Penna, quanto Wiener, são cautelosos, afirmando não disporem de elementos para uma precisão da idade destes. Ferreira Penna afirma acreditar que tais montes teriam sido formados ainda no período pré colonial, “correspondente ao estabelecimento ou consolidação da Monarquia dos Incas no Perú”¹²³. Já Wiener, credita a estes objetos uma antiguidade mais recente e faz uma curiosa observação a respeito da datação cronológica:

Julgamos não ter demasiada ousadia, declarando que muitos desses sambaquis não tem mais de dois ou três séculos, e que nesta época o homem aborígene do Brasil se achava na idade da pedra (...), divide-se a idade da pedra em dois períodos: o da pedra lascada e da pedra polida.(...) para a arqueologia americana essa divisão não pode ser aceita, e eis a razão: achase nos sambaquis um número considerável de pedras roliças e achatadas de um lado pelo atrito de umas contras as outras”. (...) Não tememos declarar que, nesses modelos, vimos os mais antigos instrumentos de pedra de que os homens se serviram. Julgamos até que na America a época da pedra polida precedeu por muito tempo a da pedra lascada.¹²⁴

O estabelecimento de cronologias com base na materialidade dos objetos foi desenvolvido pela arqueologia escandinava no início do século XIX, feito a partir da comparação entre séries de objetos oriundos de uma mesma região, segundo o material e a forma que apresentavam. Assim também fez Wiener com os artefatos encontrados nos sambaquis de Santa Catarina, levando-o propor uma inversão da datação cronológica, para o continente americano com relação ao que era comumente utilizada. Mais uma vez a América se mostra como um campo de provas para as teorias européias, possibilitando mesmo a sua contestação.

¹²² PENNA, 1876. *Op. cit* p .96.

¹²³ PENNA, 1876, *op. cit.* p.96

¹²⁴ WIENER, 1876, *op. cit.* p.19-20

Considerações Finais

Até o fim de sua “época de ouro”, com a saída de Netto da direção, o Museu Nacional passaria ainda por mais dois novos regulamentos: o primeiro deles, em 1888, reorganizava novamente as seções do Museu em quatro: 1 - Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada; 2 - Botânica; 3 - Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4 - Antropologia, Etnologia e Arqueologia; e também transformava os cursos em conferências públicas. O segundo, em 1890, teve como mudança principal a obrigatoriedade da presença dos funcionários no Museu quando não estivessem em viagem. Esta norma, somada ao suposto caráter autoritário de Netto, teria sido o estopim para a saída de muitos dos naturalistas viajantes do Museu. Neste mesmo período outros estabelecimentos estavam sendo criados, alguns rivalizando com o Museu na disputa pelo reconhecimento científico. Tais locais tornar-se-iam alternativas para os cientistas brasileiros, em um momento que o campo científico nacional, o qual o Museu foi um dos pioneiros, já estava consolidado.

Neste processo, vimos que o Museu Nacional, desde os anos iniciais, buscou se firmar como um estabelecimento científico reconhecido, tanto no Brasil, quanto no exterior. As relações que manteve com outras instituições e o papel desempenhado como órgão consultor do governo para assuntos científicos indicam certo sucesso nesta empreitada. Também já fora ressaltado que a década de 1870 tornou-se um ponto de inflexão na produção e divulgação das ciências no Brasil, momento em que houve não só uma maior valorização do conhecimento científico, como também a incorporação dos métodos das ciências naturais no estudo dos fenômenos humanos e sociais, buscando refletir e intervir naquele momento histórico da sociedade.

A produção científica do Museu não fugia à esta regra. Os debates realizados e divulgados na revista *Archivos do Museu Nacional* demonstram que, além de inteirados das discussões e métodos científicos produzidos fora do país, os membros do Museu procuravam se apropriar de tais ideias dando certa cor local à estas. Assim, vimos que para Ladislau Netto, as teorias darwinistas sobre a evolução das plantas trepadeiras não poderiam ser aplicadas à fauna local. E que, mesmo enganado, o Dr. Pizarro pensava ter encontrado uma espécie de anfíbio em uma fase transitória entre os peixes e os répteis, conforme pregava a teoria evolucionista. Quanto aos estudos antropológicos e arqueológicos, estes também procuravam se desenvolver

seguindo os preceitos destas áreas do conhecimento, tanto por meio dos estudos craniométricos, quanto pela análise geométrica dos objetos. Discorrendo sobre a origem do homem americano, assunto candente no debate científico daquele momento, intentava-se esclarecer de onde vinham os indígenas brasileiros, se eram autóctones ou não, e qual seria o estado civilizacional destes, no passado e no presente.

Estas discussões não deixavam de ter uma dimensão política. Ao tentar se inserir no debate científico internacional, por meio da contratação de naturalistas de renome e ou através da divulgação do seu periódico, o Museu Nacional contribuía para a divulgação de uma imagem do Brasil enquanto país e moderno e civilizado, capaz de fazer parte do concerto das nações cultas do planeta. Assim, fazia todo sentido discutir as questões científicas internacionais e incorporá-las nas análises sobre a natureza e a sociedade local, demarcando o espaço do Brasil na produção do conhecimento científico.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela: *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Henrique Lins de. “Prefácio”. In. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol [et.al] (org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

CARDOSO, José Luís. “Memorialismo e Projectismo: ideias e reformas económicas na sociedade de antigo regime. In: *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 35-123

CARLAN, Claudio Umpierre. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História*, Franca, 2008, v. 27, n. 2, p.75-88. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200005 Acesso em 06/07/2013.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. “O pensamento econômico no Império Luso-brasileiro: as propostas de reformas. In: *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. 2001. 358f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001

DANTES, Maria A. M. *Espaços de Ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

_____. “A implantação das ciências no Brasil. Um debate historiográfico”. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: Ed. Universidade Federal do Pará, 2005, p 31-48.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e agricultura no Brasil Império*. 1995. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995

FARIA, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

FERREIRA, Lucio Meneses de. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. 2007. 336f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclépio*, v, 50, n.2, P.107-123, 1998.

FILHO, Lacerda; PEIXOTO, Rodrigues. “Contribuições para o estudo anthropológico das raças indígenas do Brazil”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa industrial, v.1, p. 47-83. 1876.

GALVÃO, Malthus Fonseca. *Determinação da Etnia*. Disponível em: <http://www.malthus.com.br/mg_total.asp?thus=s&id=315&topr=3> Acesso em 10/07/2013.

GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUALTIERI, Regina Candido Ellero. *Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os Estudos Físicos de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. 2008. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências). – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

KURY, Lorelai. A Ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, jul-dez, 2001. p 115-124.

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LOPES, Maria Margaret. "Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 50-64. Junho de 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100004&lng=en&nrm=iso acessado em 10/junho 2010.

_____. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hicitec, 1997; FIGUERÔA, Silvia F. de. *A formação das ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. "O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX no Brasil". In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p.77-97.

_____. "As ciências naturais no século XIX: já não tão novas visões historiográficas". In: ARAUJO, Valdeci L. [et. al.] (org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund: O Auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. 2007. 465 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NETTO, Ladislau. "Estudos sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos." In: *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, pp 27-31, 133-146. 1876.

_____. *Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Dr. Ladisláo Netto director geral do mesmo Museu.* Rio de Janeiro, Typographia de João Ingnacio da Silva, 1877.

NOVAIS, Fernando A. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: Alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, Marco Zero, n. 7. P.105-118, mar. 1984.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. “Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa industrial, p. 85-101, 1876.

PEREIRA, Marcele; KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. *Guia de Fontes Primárias, O Museu Nacional: seu público no século XIX e início do século XX.* Rio de Janeiro/Brasília: FIOCRUZ, 2008

PINHEIRO, Rachel. *A História da comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema.* 2002. 205f. Dissertação (Mestrado em Geociências). – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PIZARRO, J.J. “Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso denominado *Batrachychthis*”. In: *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, p.31-37. 1876

POMIAN, Krzysztof. “Colecção.” In: *Enciclopédia Einaudi.* Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, p. 51-86. 1984.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. “Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidade e a história natural.” In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. (org). *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna.* Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPQ, 2005. p.151-162.

ROSSI, Paolo. *Os Sinais do Tempo: História da Terra e História das Nações de Hooke a Vico.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANJAD, Nelson. “‘Ciência de potes quebrados’: Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, v.19. n1. p. 133-163. jan.-jun. 2011.

SANTOS, Nadja Paraense dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n.2, Agosto de 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702005000200018&lng=en&nrm=iso acessado em 29 de Julho de 2013.

SCHWARCZ, Lila Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu nacional (1818-1835).* 2012. 399f. Tese (Doutorado em Educação). – Centro de

Educação e Humanidades/Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRIPICCHIO, Ana Cecília Correia Lima. *Fixismo e evolução: epistemologia da biologia*. 2005. 148f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História, cultura e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WIENER, Carlos. “Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa industrial, v.1, p.1-21, 1876.